

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	11
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	80
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	16/04/2014	Dividendo	31/12/2014	Ordinária		0,98681
Assembléia Geral Ordinária	16/04/2014	Dividendo	16/04/2014	Preferencial	Preferencial Classe A	0,98681
Assembléia Geral Ordinária	16/04/2014	Dividendo	16/04/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	0,98681

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	3.638.038	3.371.127
1.01	Ativo Circulante	932.220	750.927
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	58.896	95.287
1.01.02	Aplicações Financeiras	59.640	12.023
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	59.640	12.023
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	59.640	12.023
1.01.03	Contas a Receber	743.025	583.421
1.01.03.01	Clientes	424.445	387.950
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionárias	517.891	481.208
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-93.492	-93.307
1.01.03.01.03	Partes relacionadas	46	49
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	318.580	195.471
1.01.03.02.01	Consumidores Baixa Renda	32.247	47.541
1.01.03.02.02	Serviços em Curso	63.800	57.398
1.01.03.02.03	Cauções e Depósitos	21.335	25.375
1.01.03.02.04	Recursos CDE - Decreto no 7.945/2013	0	10.298
1.01.03.02.05	Recursos CDE - Decreto no 8.221/2014	104.055	0
1.01.03.02.06	Outros Créditos	41.822	34.387
1.01.03.02.07	Benefício fiscal - ágio incorporado	8.607	8.793
1.01.03.02.08	Subvenção CDE - desconto tarifário	46.714	11.679
1.01.04	Estoques	2.130	3.450
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.238	50.676
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.238	50.676
1.01.06.01.01	Tributos a Compensar	62.238	50.676
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.598	6.070
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	693	0
1.01.08.03	Outros	693	0
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	693	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.705.818	2.620.200
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	943.471	828.297
1.02.01.03	Contas a Receber	5.779	5.784
1.02.01.03.01	Clientes	22.483	22.441
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	-16.704	-16.657
1.02.01.06	Tributos Diferidos	92.591	18.695
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	92.591	18.695
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.424	1.424
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	843.677	802.394
1.02.01.09.03	Depósitos vinculados a Litigio	38.220	42.264
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos	21.292	35.355
1.02.01.09.05	Beneficio fiscal - ágio incorporado	62.643	64.656
1.02.01.09.06	Ativo indenizavel (concessao)	696.641	630.799
1.02.01.09.07	Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	6.406	0
1.02.01.09.08	Tributos a compensar	18.475	29.320
1.02.03	Imobilizado	43.212	42.732
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	43.212	42.732
1.02.04	Intangível	1.719.135	1.749.171

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1.02.04.01	Intangíveis	1.719.135	1.749.171
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.669.279	1.700.643
1.02.04.01.02	Softwares	49.856	48.528

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	3.638.038	3.371.127
2.01	Passivo Circulante	744.140	706.134
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.314	32.109
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	31.314	32.109
2.01.02	Fornecedores	373.352	336.881
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	373.352	336.881
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	289.971	252.506
2.01.02.01.02	Partes Relacionadas	83.381	84.375
2.01.03	Obrigações Fiscais	102.952	80.614
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	49.403	26.774
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	51.950	52.131
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.599	1.709
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	138.610	147.976
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	123.709	141.940
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	123.424	141.717
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	285	223
2.01.04.02	Debêntures	14.901	6.036
2.01.04.02.02	Encargos de dividas	14.901	6.036
2.01.05	Outras Obrigações	70.545	81.187
2.01.05.02	Outros	70.545	81.187
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	25.079	25.079
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	3.461	3.446
2.01.05.02.07	Contribuição de Iluminação Pública Arrecadada	4.714	9.810
2.01.05.02.08	Programas de Pesq, Desenv e Eficiência Energ	18.716	18.859
2.01.05.02.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	7.376	12.824
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	11.199	11.169
2.01.06	Provisões	27.367	27.367
2.01.06.02	Outras Provisões	27.367	27.367
2.01.06.02.05	Provisões Luz para Todos	27.367	27.367
2.02	Passivo Não Circulante	1.262.660	1.098.670
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	921.928	774.042
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	476.830	342.665
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	470.547	336.161
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.283	6.504
2.02.01.02	Debêntures	445.098	431.377
2.02.01.02.01	Debentures	445.098	431.377
2.02.02	Outras Obrigações	243.354	233.099
2.02.02.02	Outros	243.354	233.099
2.02.02.02.03	Fornecedores	13.767	13.533
2.02.02.02.04	Tributos a Pagar	15.928	16.156
2.02.02.02.05	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	84.605	84.506
2.02.02.02.06	Programas de Pesq, Desenv e de Eficiência Energ	52.266	47.115
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	76.788	71.789
2.02.04	Provisões	97.378	91.529
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	97.378	91.529
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trab	97.378	91.529

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03	Patrimônio Líquido	1.631.238	1.566.323
2.03.01	Capital Social Realizado	442.946	442.946
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	760.289	760.289
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	402.792	402.792
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	52.820	52.820
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	255.832	255.832
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	64.646	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	4.686	4.417

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	707.334	659.906
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-634.557	-529.582
3.03	Resultado Bruto	72.777	130.324
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-31.655	-30.815
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.593	-6.041
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.814	-19.441
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.248	-5.333
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.122	99.509
3.06	Resultado Financeiro	-7.166	-19.805
3.06.01	Receitas Financeiras	41.165	28.159
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.331	-47.964
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	33.956	79.704
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	30.690	-17.062
3.08.01	Corrente	-43.344	-15.340
3.08.02	Diferido	74.034	-1.722
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	64.646	62.642
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	64.646	62.642
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,83034	0,80459
3.99.01.02	PNA	0,83034	0,80459
3.99.01.03	PNB	0,83034	0,80459
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,83034	0,80459
3.99.02.02	PNA	0,83034	0,80459
3.99.02.03	PNB	0,83034	0,80459

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	64.646	62.642
4.02	Outros Resultados Abrangentes	269	896
4.03	Resultado Abrangente do Período	64.915	63.538

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-50.709	111.314
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	33.134	128.282
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	64.646	62.642
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	1.866	4.156
6.01.01.04	Amortização e depreciação	35.592	28.656
6.01.01.05	Variações monetárias e juros líquidos	25.372	27.866
6.01.01.06	Baixas de intangível em serviço e de ativo financeiro	0	3.508
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	-74.034	1.719
6.01.01.08	Provisões (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.889	9.733
6.01.01.09	Benefício fiscal ágio incorporado	2.199	2.402
6.01.01.10	Resultado atuarial	2.147	-1.831
6.01.01.11	Provisão (reversão) para perdas em estoques	-2.115	73
6.01.01.13	Receita de Ativo Indenizável	-28.428	-10.642
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-83.843	-16.968
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-38.356	84.370
6.01.02.02	Consumidores de baixa renda	15.294	14.022
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	-35.035	-9.082
6.01.02.04	Tributos a compensar	-717	805
6.01.02.05	Estoques	3.435	-973
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	472	-9.326
6.01.02.07	Cauções e depósitos	18.103	-291
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	4.044	-1.631
6.01.02.09	Outros ativos	-13.837	-5.484
6.01.02.10	Fornecedores	36.705	28.992
6.01.02.11	Folha de pagamento	-795	-2.032
6.01.02.12	Obrigações fiscais	23.342	-13.076
6.01.02.13	Taxas regulamentares	15	1.085
6.01.02.14	Partes relacionadas	0	572
6.01.02.15	Obrigações com benefícios pós-emprego	-7.496	-1.826
6.01.02.16	Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	4.847	0
6.01.02.17	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-40	-1.905
6.01.02.18	Outros passivos	-67	14.298
6.01.02.19	Repasse CDE	-93.757	-115.486
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-91.067	-64.729
6.02.01	Aplicações no intangível	-43.450	-43.863
6.02.03	Aplicações financeiras	-47.617	-20.866
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	105.385	-35.715
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	150.000	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-34.344	-28.572
6.03.03	Pagamentos de juros de empréstimos	-8.430	-7.143
6.03.04	Parcelamento especial	-1.841	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-36.391	10.870
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95.287	152.715

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58.896	163.585

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	442.946	358.671	760.289	0	4.417	1.566.323
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	442.946	358.671	760.289	0	4.417	1.566.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	64.646	269	64.915
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	64.646	0	64.646
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	269	269
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial - swap	0	0	0	0	407	407
5.05.02.07	Tributos diferidos	0	0	0	0	-138	-138
5.07	Saldos Finais	442.946	358.671	760.289	64.646	4.686	1.631.238

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	442.946	358.671	759.133	0	-420	1.560.330
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	442.946	358.671	759.133	0	-420	1.560.330
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.642	1.316	63.958
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.642	0	62.642
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.316	1.316
5.05.02.07	Tributos diferidos	0	0	0	0	-677	-677
5.05.02.09	Ajuste de Avaliação Patrimonial - SWAP	0	0	0	0	1.993	1.993
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.508	-10.508	0	0
5.06.06	Incentivo Fiscal-ADENE	0	0	10.508	-10.508	0	0
5.07	Saldos Finais	442.946	358.671	769.641	52.134	896	1.624.288

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	936.635	902.256
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	888.996	856.928
7.01.02	Outras Receitas	7.278	11.748
7.01.02.01	Provisão/reversão para perda de estoque	2.115	-73
7.01.02.02	Outras receitas	5.163	11.821
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	42.227	37.736
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.866	-4.156
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-590.063	-492.899
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-538.127	-442.025
7.02.04	Outros	-51.936	-50.874
7.02.04.01	Custo de construção	-42.227	-37.736
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-9.709	-13.138
7.03	Valor Adicionado Bruto	346.572	409.357
7.04	Retenções	-35.592	-28.656
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.592	-28.656
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	310.980	380.701
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	41.165	28.159
7.06.02	Receitas Financeiras	41.165	28.159
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	352.145	408.860
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	352.145	408.860
7.08.01	Pessoal	34.329	33.559
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.351	20.455
7.08.01.02	Benefícios	5.532	5.425
7.08.01.03	F.G.T.S.	983	1.641
7.08.01.04	Outros	5.463	6.038
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	1.704	1.220
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	1.053	2.089
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	2.706	2.729
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	200.458	260.229
7.08.02.01	Federais	12.566	73.282
7.08.02.02	Estaduais	186.796	185.673
7.08.02.03	Municipais	1.096	1.274
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.712	52.430
7.08.03.01	Juros	24.378	27.575
7.08.03.02	Aluguéis	4.381	4.466
7.08.03.03	Outras	23.953	20.389
7.08.05	Outros	64.646	62.642
7.08.05.01	Reserva de Incentivo Fiscal - ADENE	42.655	10.508
7.08.05.02	Retenção de Lucros	21.991	52.134

Comentário do Desempenho

COELCE REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 65 MILHÕES NO 1T14

Receita Líquida apresenta evolução de 7,2% em relação ao 1T13

DESTAQUES

A Coelce encerrou o 1T14 com um total de **3.530.903 consumidores**, o que representa um crescimento de **5,0%** em relação ao mesmo período do ano anterior.

O **volume de energia vendida e transportada** pela Coelce atingiu o montante de **2.774 GWh*** no 1T14, um incremento de **6,3%** em relação ao volume registrado no 1T13, de 2.609 GWh*.

Os indicadores de qualidade do fornecimento **DEC e FEC** encerraram o 1T14 em **9,65 horas*** e **5,10 vezes***, representando incrementos de **19,3%** e **8,3%**, respectivamente, em relação ao 1T13. A trajetória dos indicadores de qualidade foi impactada por eventos fortuitos, como o "apagão" que atingiu o Nordeste do país no dia 28 de agosto de 2013.

Os indicadores de produtividade **MWh/colaborador e MWh/consumidor** atingiram, no 1T14, os valores de **2.296*** e **0,79 ***, representando avanços de **12,5%** e **1,3%**, ambos em relação ao 1T13.

A **Receita Operacional Bruta** registrada no 1T14 foi de **R\$ 931 milhões**, um incremento de **4,1%** em relação ao 1T13, que alcançou no citado trimestre o montante de R\$ 895 milhões.

O **EBITDA**, no 1T14, alcançou o montante de **R\$ 77 milhões***, uma redução de **40,1%*** em relação ao 1T13, de **R\$ 128 milhões***. Com esse resultado, a Margem EBITDA da Companhia encerrou o 1T14 em **10,85%***, percentual inferior em **8,57 p.p.** comparado ao 1T13.

No 1T14, o **Lucro Líquido** totalizou **R\$ 65 milhões**, **3,2%** superior ao 1T13, refletindo uma Margem Líquida de **9,09%**.

O Leilão da OPA ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2014, tendo a Enersis S.A. adquirido 2.964.650 Ações Ordinárias; 8.818.006 Ações Preferenciais Classe A e 424 Ações Preferenciais Classe B. Em razão das aquisições acima, o grupo econômico da Enersis S.A. passou a deter, direta e indiretamente, (i) 47.043.336.

Tendo em vista que a Enersis S.A. adquiriu mais de 2/3 do total de Ações Ordinárias em circulação, está obrigada, diretamente ou por meio de outra sociedade por ela controlada direta ou indiretamente, a adquirir, nas condições estabelecidas no Edital da OPA, Ações Ordinárias em circulação de qualquer(s) interessado(s) em vendê-las, pelo prazo de 3 meses contado de 17 de fevereiro de 2014, conforme estabelecido na Cláusula 10.2 do Edital da OPA, e nos termos do §2º do artigo 10 da Instrução CVM 361/02. Desta maneira, até o dia 31 de março de 2014, a Enersis S.A. adquiriu 2.981.903 Ações Ordinárias.

Em Assembleia Geral Ordinária – AGO, realizada em 16 de abril de 2014, foi deliberada a distribuição de R\$ 76.829.017,00 em dividendos, o que representa um **payout ratio de 80%** sobre o lucro líquido passível de distribuição (excluindo-se o benefício fiscal da SUDENE) e um dividendo de **R\$ 0,986818084 por ação**. Com base na cotação média de fechamento do papel COCE5 no ano de 2014 (até 31 de março), de **R\$ 39,79**. Esta deliberação representa um **dividend yield de 2,48%**, cujo pagamento será efetuado aos acionistas até o dia 31 de dezembro de 2014.

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.774	2.609	6,3%	2.843	-2,4%
Receita Bruta (R\$ mil)	931.223	894.664	4,1%	1.009.203	-7,7%
Receita Líquida (R\$ mil)	707.334	659.906	7,2%	784.115	-9,8%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	76.714	128.165	-40,1%	78.244	-2,0%
Margem EBITDA (%)*	10,85%	19,42%	-8,57 p.p	9,98%	0,87 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)*	41.122	99.509	-58,7%	32.613	26,1%
Margem EBIT (%)*	5,81%	15,08%	-9,27 p.p	4,16%	1,65 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	64.646	62.642	3,2%	5.951	>100,0%
Margem Líquida (%)	9,14%	9,49%	-0,35 p.p	0,76%	8,38 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	54.886	47.718	15,0%	101.553	-46,0%
DEC (12 meses)*	9,65	8,09	19,3%	9,12	5,8%
FEC (12 meses)*	5,10	4,71	8,3%	5,12	-0,4%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,33%	100,25%	-1,92 p.p	100,74%	-2,41 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	12,43%	12,66%	-0,23 p.p	12,48%	-0,05 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.530.903	3.361.179	5,0%	3.500.155	0,9%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.208	1.279	-5,6%	1.234	-2,1%
MWh/Colaborador*	2.296	2.040	12,5%	2.303	-0,3%
MWh/Consumidor*	0,79	0,78	1,3%	0,81	-2,5%
PMSO (4)/Consumidor*	30,56	33,06	-6,1%	38,36	-18,4%
Consumidor/Colaborador*	2.923	2.628	11,2%	2.836	3,1%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

2

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 3,5 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de mais 8,9 milhões de habitantes.

DADOS GERAIS*

	1T14	1T13	Var. %
Área de Concessão (km ²)	148.921	148.921	-
Municípios (Qte.)	184	184	-
Habitantes (Qte.) (1)	8.914.491	8.805.759	1,2%
Consumidores (Unid.)	3.530.903	3.361.179	5,0%
Linhas de Distribuição (Km)	131.539	130.805	0,6%
Linhas de Transmissão (Km)	4.875	4.677	4,2%
Subestações (Unid.)	106	106	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	10.898	10.078	8,1%
Posição no Nordeste em Volume de Energia	3ª	3ª	-
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	4,70%	4,62%	0,08 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,32%	2,23%	0,09 p.p

(1) O número de Habitantes do Ceará está estimado

(2) O número de consumidores Brasil está estimado



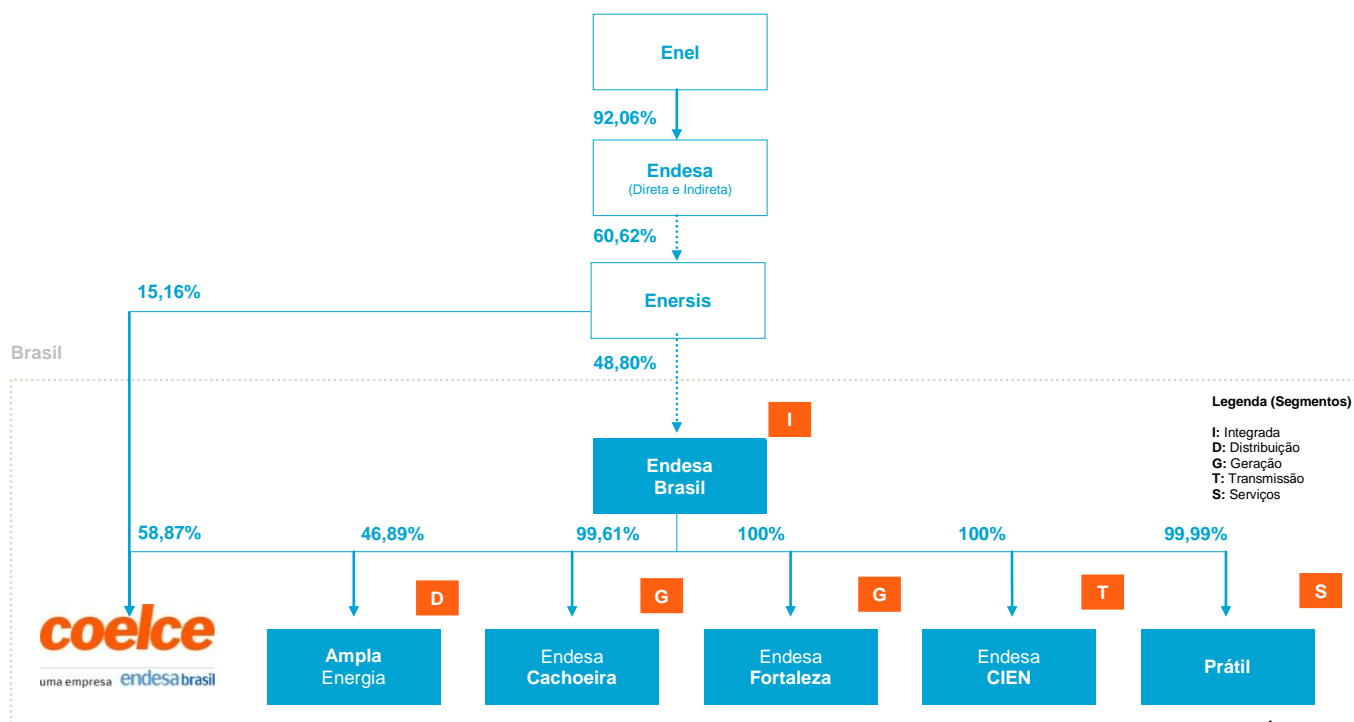
Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

Sociedade anônima de capital aberto, a Companhia é controlada pela Endesa Brasil, que detém, diretamente, 58,9% do capital total e 91,7% do capital votante da Coelce, e também é controlada direta e indiretamente, pela Enersis, que detém, diretamente, 15,2% do capital total e 6,2% do capital votante da Coelce. O restante das ações pertence a pessoas físicas, investidores institucionais nacionais e estrangeiros, fundos de pensão, clubes e fundos de investimentos, bem como outras pessoas jurídicas, sendo negociado na BM&FBovespa.

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/03/2014)

	ON (1)	%	PNA	PNB	PN	%	TOTAL	%
Controladores	47.043.336	97,9%	10.588.006	424	10.588.430	35,5%	57.631.766	74,1%
Endesa Brasil	44.061.433	91,7%	1.770.000	-	1.770.000	5,9%	45.831.433	58,9%
Enersis	2.981.903	6,2%	8.818.006	424	8.818.430	29,6%	11.800.333	15,2%
Não Controladores	1.024.601	2,1%	17.664.694	1.534.238	19.198.932	64,5%	20.223.533	25,9%
Eletrobras	-	-	3.967.756	1.531.141	5.498.897	18,5%	5.498.897	7,1%
Fundos de Pensão	919.403	1,9%	3.727.645	-	3.727.645	12,5%	4.647.048	6,0%
Fundos e Clubes de Investimentos	4.510	0,0%	5.666.445	-	5.666.445	19,0%	5.670.955	7,3%
Pessoas Físicas	66.146	0,1%	3.518.713	377	3.519.090	11,9%	3.585.236	4,6%
Outros	34.542	0,1%	784.135	2.720	786.855	2,6%	821.397	0,9%
Totais	48.067.937	100,0%	28.252.700	1.534.662	29.787.362	100,0%	77.855.299	100,0%

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 80%



Comentário do Desempenho

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Crescimento de Mercado

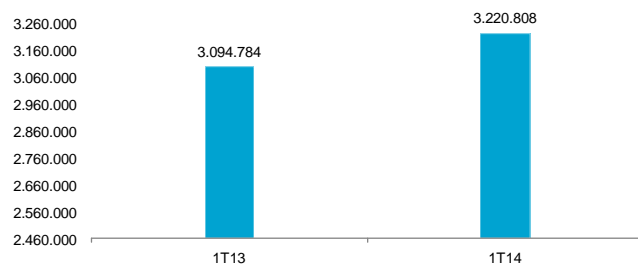
NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Mercado Cativo	3.220.738	3.094.725	4,1%	3.188.198	1,0%
Residencial - Convencional	1.314.395	1.228.128	7,0%	1.281.040	2,6%
Residencial - Baixa Renda	1.220.437	1.221.686	-0,1%	1.235.736	-1,2%
Industrial	6.019	5.869	2,6%	6.001	0,3%
Comercial	174.356	168.705	3,3%	173.329	0,6%
Rural	461.326	427.661	7,9%	448.233	2,9%
Setor Público	44.205	42.676	3,6%	43.859	0,8%
Cientes Livres	68	57	19,3%	68	-
Industrial	36	35	2,9%	36	-
Comercial	32	22	45,5%	32	-
Revenda	2	2	-	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	3.220.808	3.094.784	4,1%	3.188.268	1,0%
Consumo Próprio	379	378	0,3%	379	-
Consumidores Ativos sem Fornecimento	309.716	266.017	16,4%	311.508	-0,6%
Total - Número de Consumidores	3.530.903	3.361.179	5,0%	3.500.155	0,9%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

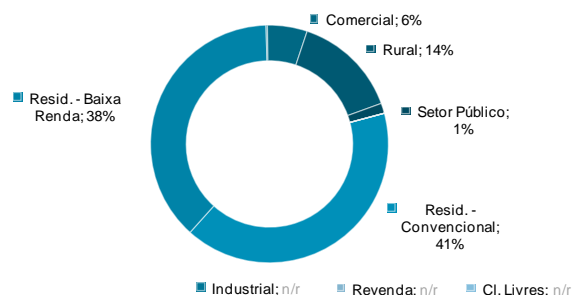
Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Evolução 1T13 - 1T14



Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Posição Final em mar/14



A Coelce encerrou o 1T14 com 3.530.903 unidades consumidoras* ("consumidores"), 5,0% superior ao número de consumidores registrado ao final do 1T13. Esse crescimento representa um acréscimo de 169.724 novos consumidores* à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial convencional e rural, com mais 86.267 e 33.665 novos consumidores*, respectivamente.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, impulsionado pelo elevado crescimento econômico do Estado do Ceará. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram, o montante de R\$ 148 milhões*.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o 1T14 com 3.220.808 consumidores*, um incremento de 4,1% em relação ao 1T13. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou o 1T14 com 68 clientes livres*, um acréscimo de 11 novos clientes*, que representa um incremento de 19,3% em relação ao número registrado no fechamento do 1T13.

Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.465	2.290	7,6%	2.508	-1,7%
Cientes Livres	309	319	-3,1%	335	-7,8%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.774	2.609	6,3%	2.843	-2,4%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Coelce no 1T14 foi de 2.774 GWh*, o que representa um incremento de 6,3% (+165 GWh) em relação ao 1T13, cujo volume foi de 2.609 GWh*. Este crescimento é o efeito combinado de (i) uma evolução observada no mercado cativo da Companhia de 7,6% (+175 GWh) no 1T14 em relação ao 1T13 (2.465 GWh* vs. 2.290 GWh*), e (ii) um menor volume de energia transportada para os

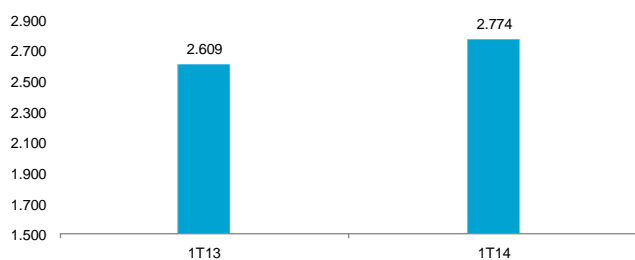
* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

clientes livres, cujo montante, no 1T14, de 309 GWh*, foi 3,1% inferior ao registrado no 1T13, de 319 GWh* (-10 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

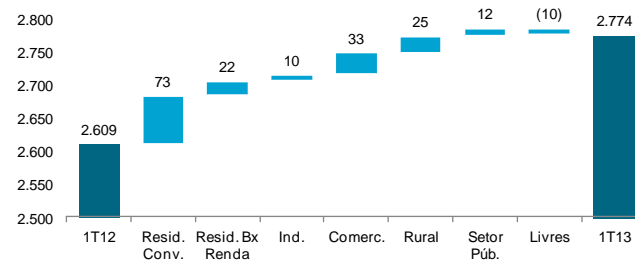
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Evolução 1T13 - 1T14



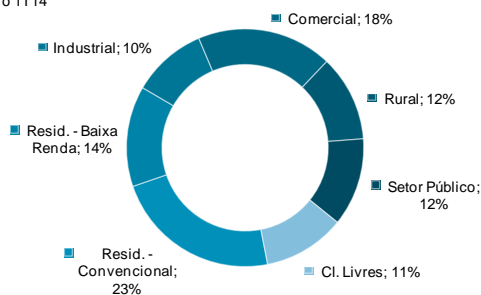
Evolução Anual do Consumo de Energia por Classe (GWh)*

Evolução 1T13 - 1T14



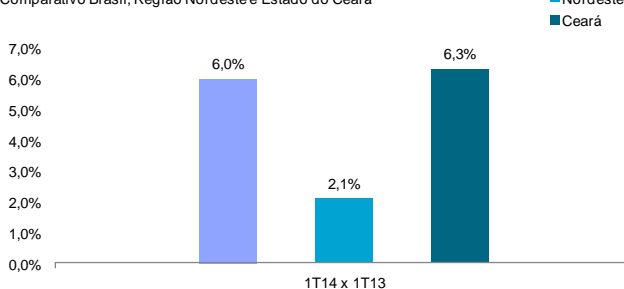
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Volume Total no 1T14



Evolução do Volume de Energia - Comparativos (%)*

Comparativo Brasil, Região Nordeste e Estado do Ceará



Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Residencial - Convencional	632	559	13,1%	597	5,9%
Residencial - Baixa Renda	380	358	6,1%	373	1,9%
Industrial	283	273	3,7%	317	-10,7%
Comercial	512	479	6,9%	517	-1,0%
Rural	325	300	8,3%	352	-7,7%
Setor Público	333	321	3,7%	352	-5,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.465	2.290	7,6%	2.508	-1,7%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

O mercado cativo da Companhia apresentou uma evolução de 7,6% no 1T14 quando comparado ao 1T13. Os principais fatores que ocasionaram essa evolução no consumo foram (i) o crescimento vegetativo do mercado cativo, de 4,1%, que adicionou mais 126.013 novos consumidores* à base comercial cativa da Companhia, e o (ii) incremento da venda de energia per capita no mercado cativo, de 3,4% (conforme quadro abaixo).

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Residencial - Convencional	481	455	5,7%	466	3,2%
Residencial - Baixa Renda	311	293	6,1%	302	3,0%
Industrial	47.018	46.516	1,1%	52.825	-11,0%
Comercial	2.937	2.839	3,5%	2.983	-1,5%
Rural	704	701	0,4%	785	-10,3%
Setor Público	7.533	7.522	0,1%	8.026	-6,1%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	765	740	3,4%	787	-2,8%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

A venda de energia per capita no mercado cativo no 1T14 foi de 765* KWh/consumidor, representando um incremento de 3,4% em relação à observada no 1T13. As principais variações foram observadas nas seguintes classes:

(i) residencial convencional e residencial baixa renda: quando analisada em conjunto, apresentam uma evolução na venda de energia per capita de 6,7%, a qual se atribui, principalmente, ao aumento da renda da população e maior acesso a bens eletrodomésticos.

(ii) comercial: o incremento observado de 3,5% reflete, basicamente, o aumento da atividade comercial no ceará.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Cientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Industrial	285	303	-5,9%	311	-8,4%
Comercial	24	16	50,0%	24	-
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	309	319	-3,1%	335	-7,8%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

O transporte de energia para os clientes livres na área de concessão da Companhia no 1T14 foi de 309 GWh*, o que representa uma redução de 3,1% (-10 GWh) em relação ao 1T13, refletindo: (i) uma redução de 18,8% no transporte de energia per capita aos clientes livres os períodos comparados, conforme quadro abaixo, compensado, em parte, pelo (ii) crescimento de 19,3%* do número de clientes livres de 57*, no 4T12, para 68*, no 1T14 (mais 11 novos clientes, sendo 1 industrial e 10 comerciais*).

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Industrial	7.917	8.657	-8,5%	8.639	-8,4%
Comercial	750	727	3,2%	750	-
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	4.544	5.596	-18,8%	4.926	-7,8%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

A redução no transporte de energia per capita aos clientes livres, de 18,8%* no 1T14 em relação ao 1T13 é atribuída, principalmente, ao representativo incremento do preço no mercado de curto prazo de energia (mercado spot), como resultado do aumento do despacho térmico ocasionado pelo baixo nível dos reservatórios.

Balanço Energético

BALANÇO DE ENERGIA*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Demanda máxima de energia (MW)	1.863	1.813	2,8%	1.910	-2,5%
Energia requerida (GWh)	3.071	2.959	3,8%	3.252	-5,6%
Energia distribuída (GWh)	2.763	2.600	6,3%	2.834	-2,5%
Residencial - Convencional	620	563	10,1%	593	4,6%
Residencial - Baixa Renda	378	354	6,8%	370	2,2%
Industrial	283	270	4,8%	315	-10,2%
Comercial	510	476	7,1%	516	-1,2%
Rural	318	290	9,7%	347	-8,4%
Setor Público	332	321	3,4%	351	-5,4%
Clientes Livres	317	319	-0,6%	335	-5,4%
Revenda	2	4	-50,0%	3	-33,3%
Consumo Próprio	3	3	-	4	-25,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	308	359	-14,2%	418	-26,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	10,03%	12,13%	-2,10 p.p	12,85%	-2,82 p.p

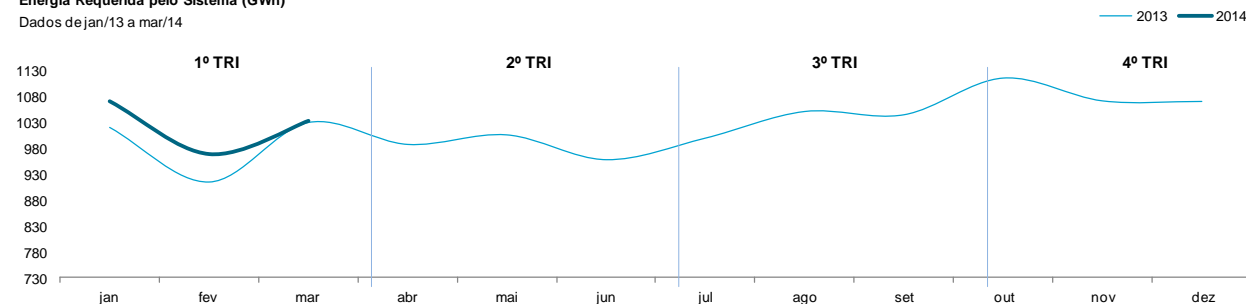
(1) Variação entre 1T14 e 4T13

A energia total requerida pelo sistema da Coelce no 1T14 foi de 3.071 GWh*, um percentual 3,8% superior ao registrado no 1T13 (2.959 GWh*). Da mesma forma a energia efetivamente distribuída pelo sistema apresentou um incremento de 6,3% (2.763 GWh* versus 2.600 GWh*).

Sazonalidade

Energia Requerida pelo Sistema (GWh)*

Dados de jan/13 a mar/14



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF	664	663	0,2%	678	-2,1%
Centrais Elétricas - FURNAS	303	330	-8,2%	364	-16,8%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	384	387	-0,8%	422	-9,0%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	87	129	-32,6%	154	-43,5%
Eletronorte	133	89	49,4%	100	33,0%
COPEL	40	59	-32,2%	65	-38,5%
CEMIG	35	106	-67,0%	120	-70,8%
PROINFA	53	52	1,9%	63	-15,9%
Outros	878	751	16,9%	846	3,8%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	2.577	2.566	0,4%	2.812	-8,4%
Liquidação na CCEE	247	101	>100,0%	166	48,8%
Total - Compra de Energia	2.824	2.667	5,9%	2.978	-5,2%
Energia Distribuída					
Wobben e Energyworks	12	11	9,1%	17	-29,4%
Total - Compra de Energia c/ Energia Distribuída	2.836	2.678	5,9%	2.995	-5,3%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

Os contratos de compra de energia celebrados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, os contratos bilaterais, os contratos de energia distribuída e a liquidação das diferenças na CCEE totalizaram, no 1T14, o montante de 2.836 GWh* para atender a energia demandada pelo sistema da Coelce. Esse montante representa um acréscimo de 5,9% (+158 GWh) em relação ao 1T13, que foi de 2.678 GWh*, ocasionado pela evolução do consumo no mercado cativo da Companhia.

Inputs e Outputs do Sistema

INPUTS E OUTPUTS DO SISTEMA (GWH)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Totais - Inputs	2.824	2.667	5,9%	2.978	-5,2%
Compra de Energia	2.824	2.667	5,9%	2.978	-5,2%
Contratos	2.577	2.566	0,4%	2.812	-8,4%
CGTF	664	663	0,2%	678	-2,1%
FURNAS	303	330	-8,2%	364	-16,8%
CHESF	384	387	-0,8%	422	-9,0%
CESP	87	129	-32,6%	154	-43,5%
Eletronorte	133	89	49,4%	100	33,0%
COPEL	40	59	-32,2%	65	-38,5%
CEMIG	35	106	-67,0%	120	-70,8%
PROINFA	53	52	1,9%	63	-15,9%
Outros	878	751	16,9%	846	3,8%
Liquidação CCEE	247	101	>100,0%	166	48,8%
Totais - Outputs	2.824	2.667	5,9%	2.978	-5,2%
Perdas na Transmissão + Energia Não Faturada	72	31	>100,0%	64	12,5%
Energia Distribuída - Mercado Cativo	2.444	2.277	7,3%	2.496	-2,1%
Residencial - Convencional	620	563	10,1%	593	4,6%
Residencial - Baixa Renda	378	354	6,8%	370	2,2%
Industrial	283	270	4,8%	315	-10,2%
Comercial	510	476	7,1%	516	-1,2%
Rural	318	290	9,7%	347	-8,4%
Setor Público	332	321	3,4%	351	-5,4%
Consumo Próprio	3	3	-	4	-25,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce	308	359	-14,2%	418	-26,3%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

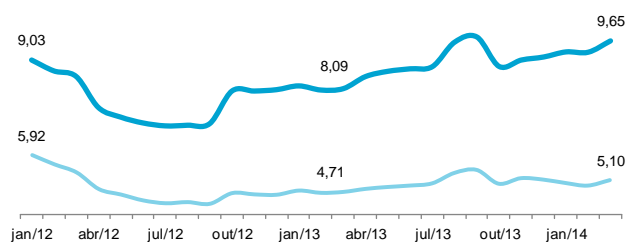
	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
DEC 12 meses (horas)	9,65	8,09	19,3%	9,12	5,8%
FEC 12 meses (vezes)	5,10	4,71	8,3%	5,12	-0,4%
Perdas de Energia 12 meses (%)	12,43%	12,66%	-0,23 p.p	12,48%	-0,05 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,33%	100,25%	-1,92 p.p	100,74%	-2,41 p.p
MWh/Colaborador	2.296	2.040	12,5%	2.303	-0,3%
MWh/Consumidor	0,79	0,78	1,3%	0,81	-2,5%
PMSO (2)/Consumidor	30,56	33,06	-6,1%	38,36	-18,4%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

(2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

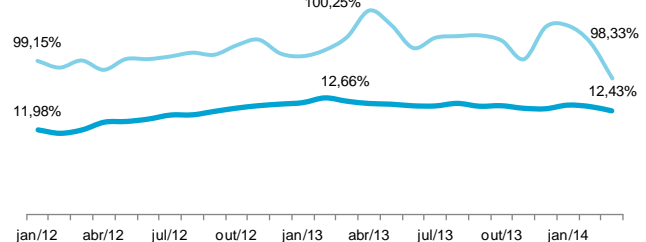
Evolução do DEC (Horas) e FEC (Vezes) TAM*

Dados de jan/12 a mar/14



Evolução das Perdas Totais (%) e Arrecadação (%) TAM*

Dados de jan/12 a mar/14



TAM – Valor acumulado nos últimos doze meses

Qualidade do Fornecimento

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Coelce. Eles refletem:

- DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses).
- FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses).

A Coelce encerrou o 1T14 com DEC de 9,65 horas*, índice que apresenta um incremento de 19,3% em relação ao registrado no 1T13, de 8,09 horas*. O FEC alcançou o patamar de 5,10 vezes*, o que representa um incremento de 8,3% em relação ao 1T13, que fechou em 4,71 vezes*.

A Coelce investiu R\$ 58 milhões* em qualidade do sistema nos últimos 12 meses. Não obstante, a trajetória dos indicadores de qualidade foi impactada por eventos fortuitos, como o “apagão” que atingiu o Nordeste do país no dia 28 de agosto de 2013, isolada a região do Sistema Interligado Nacional (SIN) em função de um incêndio que provocou os curtos-circuitos na linha de transmissão Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí (PI), os quais resultaram no desligamento de duas linhas de transmissão de 500 quilovolts (kV), segundo o ONS. O impacto deste evento, gerado nos indicadores do mês de agosto de 2013, foi de +0,6 horas para o DEC e +0,32 vezes para o FEC.

Disciplina de Mercado

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 12,43%* no 1T14, uma melhoria de 0,23 p.p. em relação às perdas registradas no 1T13, de 12,66%*. Nos últimos 12 meses, foram investidos R\$ 29 milhões* no combate às perdas.

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou o 1T14 em 98,33%*, percentual inferior (1,92 p.p.) em relação ao encerramento do 1T13, de 100,25%*.

Produtividade

Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e em termos de geração de valor pela base comercial (consumidores).

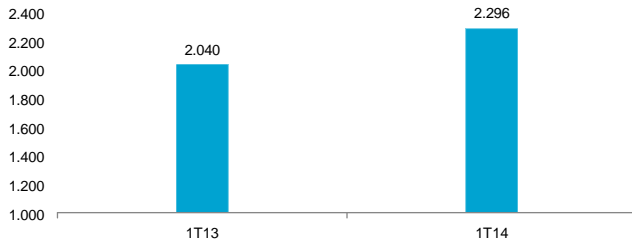
A Coelce encerrou o 1T14 com o indicador de MWh/colaborador de 2.296*, índice 12,5% superior que o do 1T13, de 2.040*. O indicador de MWh/cliente alcançou o patamar de 0,79*, índice 1,3% superior que o do 1T13, de 0,78*.

O indicador PMSO/consumidor, que busca avaliar a eficiência de custos pela base comercial da Companhia, alcançou o valor de R\$ 30,56/consumidor no 1T14, o que representa uma redução de 6,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, que fechou em R\$ 33,06/consumidor.

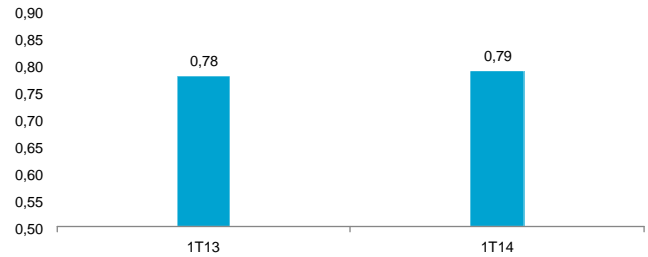
* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Indicador de Produtividade - MWh/Colaborador*
Evolução 1T13 - 1T14



Indicador de Produtividade - MWh/Consumidor*
Evolução 1T13 - 1T14



4

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	931.223	894.664	4,1%	1.009.203	-7,7%
Deduções à Receita Operacional	(223.889)	(234.758)	-4,6%	(225.088)	-0,5%
Receita Operacional Líquida	707.334	659.906	7,2%	784.115	-9,8%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(666.212)	(560.397)	18,9%	(751.502)	-11,3%
EBITDA(2)*	76.714	128.165	-40,1%	78.244	-2,0%
Margem EBITDA*	10,85%	19,42%	-8,57 p.p	9,98%	0,87 p.p
EBIT(3)*	41.122	99.509	-58,7%	32.613	26,1%
Margem EBIT*	5,81%	15,08%	-9,27 p.p	4,16%	1,65 p.p
Resultado Financeiro	(7.166)	(19.805)	-63,8%	(41.450)	-82,7%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	30.690	(17.062)	<-100,0%	14.788	>100,0%
Lucro Líquido	64.646	62.642	3,2%	5.951	>100,0%
Margem Líquida	9,14%	9,49%	-0,35 p.p	0,76%	8,38 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	0,83	0,80	3,2%	0,08	>100,0%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

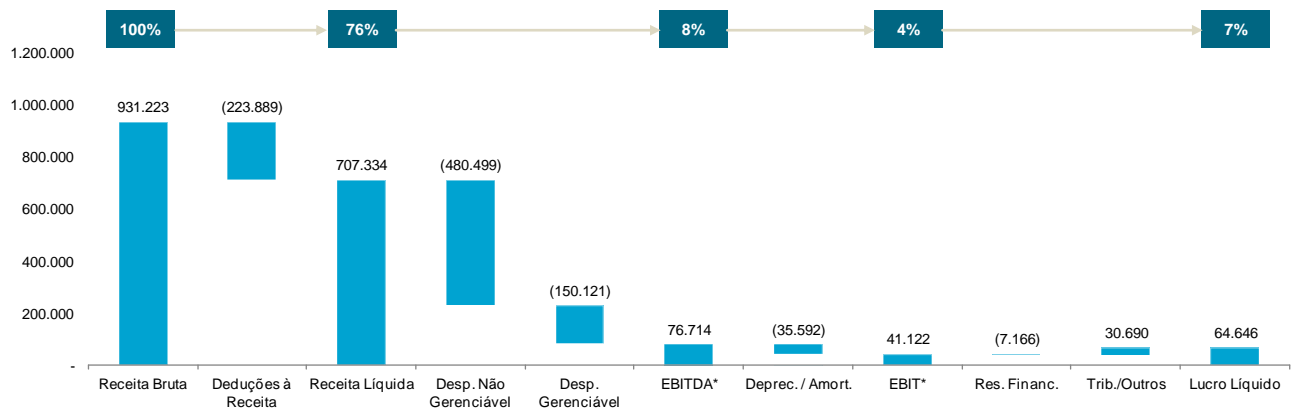
(2) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

(3) EBIT: Resultado do Serviço

Overview

Principais Contas do Resultado (R\$ Mil)

Overview 1T14



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica	772.036	749.350	3,0%	808.696	-4,5%
Subsídio Baixa Renda	49.207	51.683	-4,8%	48.037	2,4%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	35.036	18.164	92,9%	35.036	-
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	856.279	819.197	4,5%	891.769	-4,0%
Suprimento de Energia Elétrica	-	1.891	-100,0%	-	-
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	18.150	24.827	-26,9%	17.575	3,3%
Receita Operacional IFRIC-12	42.227	37.736	11,9%	88.543	-52,3%
Outras Receitas	14.567	11.013	32,3%	11.316	28,7%
Total - Receita Operacional Bruta	931.223	894.664	4,1%	1.009.203	-7,7%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

A receita operacional bruta da Coelce alcançou, no 1T14, R\$ 931 milhões, um incremento de 4,1% em relação ao 1T13, de R\$ 895 milhões (+R\$ 36 milhões). Esse incremento é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

- Incremento de 4,5% (R\$ 856 milhões versus R\$ 819 milhões) na receita pelo fornecimento de energia elétrica para o mercado cativo (+R\$ 37 milhões):

Este incremento está associado aos seguintes fatores:

- Aumento de 7,6% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (2.465 GWh no 1T14 versus 2.290 GWh no 1T13);
- Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2013, aplicado a partir de 22 de abril de 2013, que incrementou as tarifas da Coelce em 3,92% em média;
- Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, que reduziu as tarifas da Coelce e demais distribuidoras brasileiras em 20% em média.

A receita pelo fornecimento de energia elétrica para o mercado cativo ainda se encontra negativamente impactada pelos seguintes fatores:

- Devolução da primeira parcela da receita extraordinária obtida pela Companhia entre abril de 2011 e março de 2012, em função da não aplicação do resultado do 3º ciclo de revisão tarifária da Coelce em abril de 2011, fato ocasionado pela não conclusão das discussões em torno da metodologia definitiva. A devolução está sendo efetuada, via tarifa, em duas parcelas, nos reajustes de 2013 e de 2014. Para o reajuste de 2013, a devolução da primeira parte da receita extraordinária correspondeu a um componente financeiro de -5,6% (R\$ 143 milhões durante 12 meses, aprox. R\$ 36 milhões no 1T14) e;
- Devolução, como componente financeiro do reajuste de 2013, das receitas obtidas em 2012 com a liquidação das sobras de energia no mercado de curto prazo (R\$ 49 milhões em 12 meses, aprox. R\$ 12 milhões no 1T14). Este componente financeiro correspondeu a um impacto no reajuste tarifário de 2013 de -1,9%.

Retirando-se o efeito das devoluções acima mencionadas (R\$ 192 milhões em 12 meses, ou seja, R\$ 48 milhões no 1T14) a receita pelo fornecimento de energia elétrica para o mercado cativo da Coelce teria alcançado R\$ 904 milhões, o que representaria um crescimento de 10,4% no 1T14 contra o 1T13.

Destaca-se, ainda, o recebimento de subvenção da CDE em função da extinção da compensação de subsídios existentes nas tarifas de determinadas classes de consumidores, ocasionada pela Lei 12.783/13. O valor contabilizado referente ao recebimento desta subvenção foi de R\$ 35 milhões no 1T14.

- Redução de R\$ 2 milhões no suprimento de energia elétrica:

A Coelce não apresentou, no 1T14, receita relacionada à liquidação de sobras de energia no mercado de curto prazo.

- Redução de 26,9% (R\$ 18 milhões versus R\$ 25 milhões) na receita pela disponibilidade da rede elétrica (-R\$ 7 milhões):

A redução verificada deve-se, principalmente, à (i) Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, que reduziu a TUSD dos clientes livres da Coelce em 39% em média, ao (ii) Reajuste Tarifário Anual de 2013, aplicado a partir de 22 de abril de 2013, que reduziu a TUSD dos clientes livres da Coelce em 28% em média, e pela (iii) redução de 3,1% no volume de energia transportada para os clientes livres no período (309 GWh no 1T14 versus 319 GWh no 1T13).

- Incremento de 11,9% (R\$ 42 milhões versus R\$ 38 milhões) na receita operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (+R\$ 4 milhões):

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta no 1T14 foi de R\$ 42 milhões, (cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gerando efeito algum no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um incremento de R\$ 4 milhões quando comparado com o 1T13 (R\$ 38 milhões).

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, no 1T14, alcançou o montante de R\$ 889 milhões, o que representa um incremento de 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 857 milhões (+R\$ 32 milhões).

Comentário do Desempenho

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
ICMS	(186.796)	(185.659)	0,6%	(189.686)	-1,5%
COFINS	(22.735)	(29.063)	-21,8%	(20.530)	10,7%
PIS	(4.936)	(6.310)	-21,8%	(5.637)	-12,4%
Total - Tributos	(214.467)	(221.032)	-3,0%	(215.853)	-0,6%
Conta de Consumo de Combust. Fósseis - CCC	-	(5.012)	-100,0%	-	-
Programa de Eficiência Energética e P&D	(7.129)	(6.211)	14,8%	(7.491)	-4,8%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros	(2.293)	(2.503)	-8,4%	(1.744)	31,5%
Total - Encargos Setoriais	(9.422)	(13.726)	-31,4%	(9.235)	2,0%
Total - Deduções da Receita	(223.889)	(234.758)	-4,6%	(225.088)	-0,5%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

As deduções da receita apresentaram uma redução de 4,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, alcançando -R\$ 224 milhões no 1T14, contra -R\$ 235 milhões no 1T13 (+R\$ 11 milhões). Essa redução é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- Redução de 3,0% (-R\$ 214 milhões versus -R\$ 221 milhões) nos tributos ICMS/COFINS/PIS (+R\$ 7 milhões):

Esta variação reflete a redução da base de cálculo para apuração destes tributos, em função, basicamente, do aumento significativo do custo da energia elétrica comprada para revenda. O percentual destes tributos sobre a base de cálculo continua em linha com o 1T13.

- Redução de 31,4% (-R\$ 9 milhão versus -R\$ 14 milhões) nos encargos setoriais (+R\$ 5 milhões):

A redução mencionada se deve, principalmente, à extinção do encargo Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, em virtude, do Decreto 12.789/13, que passou a vigorar a partir de 24 de janeiro de 2013.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(457.636)	(371.427)	23,2%	(446.303)	2,5%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(1.210)	(1.140)	6,1%	(1.210)	-
Encargo do Uso da Rede Elétrica/Encargo do Sistema	(21.653)	(12.071)	79,4%	(35.547)	-39,1%
Total - Não gerenciáveis	(480.499)	(384.638)	24,9%	(483.060)	-0,5%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(34.847)	(32.669)	6,7%	(40.813)	-14,6%
Material e Serviços de Terceiros	(58.838)	(58.527)	0,5%	(62.787)	-6,3%
Depreciação e Amortização	(35.592)	(28.656)	24,2%	(45.631)	-22,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.866)	(4.156)	-55,1%	(19.813)	-90,6%
Provisões para Contingências	(3.913)	(5.003)	-21,8%	656	<-100,0%
Despesa IFRIC-12 (Custo de Construção)	(42.227)	(37.736)	11,9%	(88.543)	-52,3%
Outras Despesas Operacionais	(8.430)	(9.012)	-6,5%	(11.509)	-26,8%
Total - Gerenciáveis	(185.713)	(175.759)	5,7%	(268.441)	-30,8%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(666.212)	(560.397)	18,9%	(751.501)	-11,3%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

Os custos e despesas operacionais no 1T14 alcançaram -R\$ 666 milhões, um incremento de 18,9% em relação ao 1T13, de -R\$ 560 milhões (-R\$ 116 milhões). Este aumento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Incremento de 24,9% (-R\$ 480 milhões versus -R\$ 385 milhões) nos custos e despesas não gerenciáveis (-R\$ 95 milhões), principalmente, por:

- Aumento de 23,2% (-R\$ 458 milhões versus -R\$ 371 milhões) na energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 87 milhões):

O aumento acima mencionado se deve aos seguintes fatores:

- Incremento de 5,9% no volume de energia comprada (CCEARs e Bilaterais) entre o 1T14 e 1T13;
- Reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA; 75% dos contratos são CCEARs);
- Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada;
- Aumento do custo variável pago às térmicas despachadas dentro da ordem de mérito pelo ONS, para garantir o nível mínimo dos reservatórios nacionais;
- Maior exposição ao mercado de curto prazo, tendo em vista o cenário de desconstrução involuntária, ocasionado pela redistribuição das cotas em função da Lei 12.783/13 e/ou por projetos térmicos postergados ou cancelados;

Estes acréscimos foram parcialmente compensados pela:

- Redução das tarifas de compras de energia das concessões de geração renovadas pela Lei 12.783/13;

Comentário do Desempenho

(vii) Contabilização/reconhecimento das medidas do Governo Federal de auxílio às distribuidoras de energia, mediante os Decretos 8.203/14 e 8.221/14. Os itens (iv) e (v) foram parcialmente compensados pelos repasses da CDE (ou CONTA-ACR). A compensação contabilizada alcançou o montante de R\$ 124 milhões no 1T14.

- Incremento de 79,4% (-R\$ 22 milhões versus -R\$ 12 milhões) na rubrica encargo de uso/encargo de serviço do sistema – ESS (-R\$ 10 milhões): Esta variação decorre, basicamente, do aumento das despesas com a rede básica, tendo em vista o aumento da demanda de energia observada no 1T14 contra o 1T13 e o reajuste, pela inflação, das Receitas Anuais Permitidas (RAPs) das transmissoras em julho de 2013.

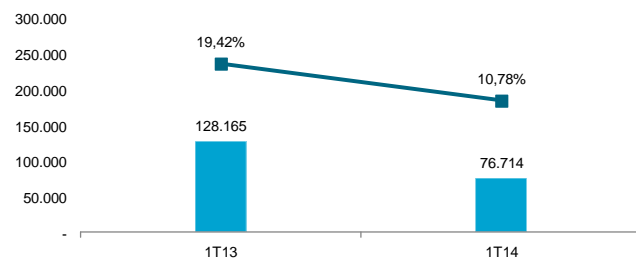
Incremento de 8,0% (-R\$ 190 milhões versus -R\$ 176 milhões) nos custos e despesas gerenciáveis (-R\$ 14 milhões), principalmente, por:

- Incremento de 24,2% (-R\$ 36 milhões versus -R\$ 29 milhões) na rubrica depreciação e amortização (-R\$ 7 milhões): O incremento se deve, basicamente, a uma maior base de cálculo, devido aos investimentos e ativações ocorridas no período, sobre a qual incidiu a atualização pelo IGPM.
- Incremento de 11,9% (-R\$ 42 milhões versus -R\$ 38 milhões) na despesa operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (-R\$ 4 milhões): A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na despesa operacional no 1T14 foi de -R\$ 46 milhões, (cuja contrapartida se encontra na receita operacional bruta, no mesmo valor, não gerando efeito algum no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um acréscimo de R\$ 4 milhões quando comparado com o 1T13 (-R\$ 38 milhões).

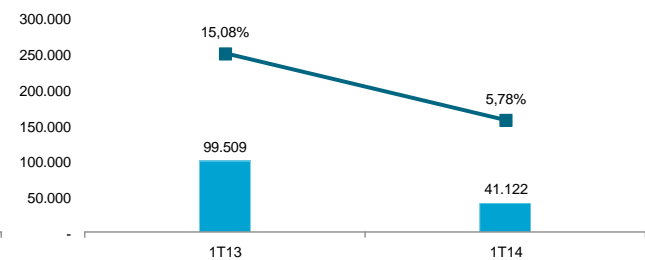
Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, no 1T14, alcançaram o montante de -R\$ 143 milhões, o que representa um incremento de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 138 milhões (-R\$ 5 milhões).

EBITDA

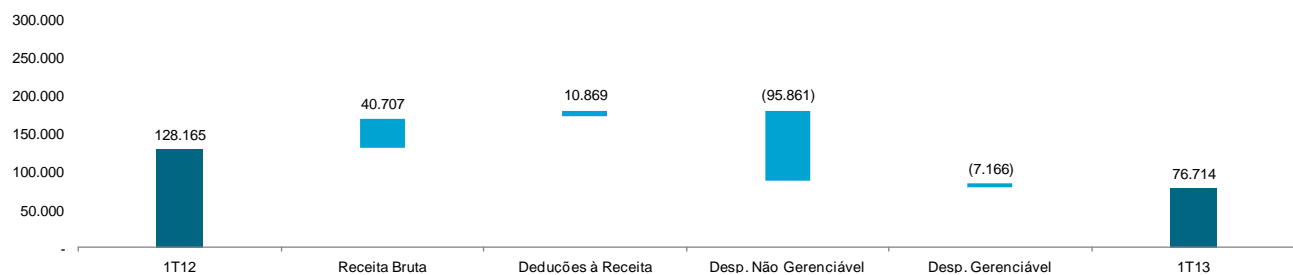
EBITDA (R\$ Mil) e Margem EBITDA (%)*
Evolução 1T13 - 1T14



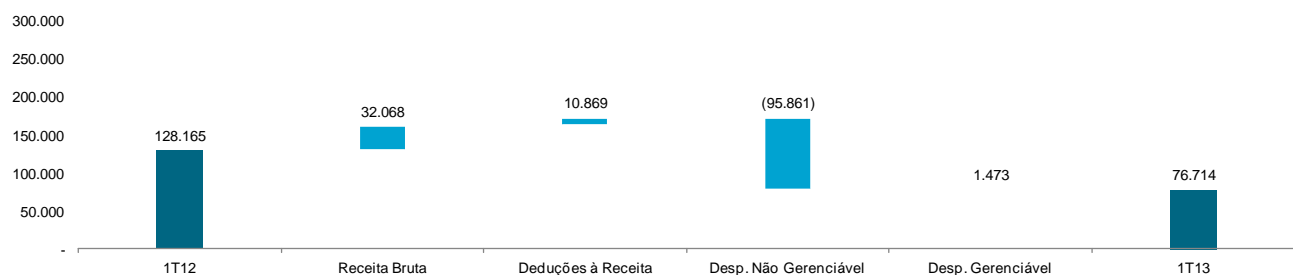
EBIT (R\$ Mil) e Margem EBIT (%)*
Evolução 1T13 - 1T14



Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)*
Evolução 1T13 - 1T14



Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)* s/ variações de Receita e Custo de Construção (IFRIC 12)
Evolução 1T13 - 1T14



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Com base nas variações expostas acima, o EBITDA da Coelce no 1T14, atingiu o montante de R\$ 76 milhões*, o que representa uma redução de 40,1% em relação ao 1T13, cujo montante foi de R\$ 128 milhões* (-R\$ 52 milhões). A margem EBITDA da Companhia no 1T14 foi de 10,78%*, refletindo um decréscimo de 8,64 p.p. em relação ao 1T13, de 19,42%*.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações financeiras da companhia. Assim, segue abaixo a conciliação dos cálculos do EBITDA e do EBIT:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Lucro Líquido do Período	64.646	62.642	3,2%	5.951	>100,0%
(+) Tributo sobre o Lucro	(30.690)	17.062	<-100,0%	(14.788)	>100,0%
(+) Resultado Financeiro	7.166	19.805	-63,8%	41.450	-82,7%
(=) EBIT	41.122	99.509	-58,7%	32.613	26,1%
(+) Depreciações e Amortizações	35.592	28.656	24,2%	45.631	-22,0%
(=) EBITDA	76.714	128.165	-40,1%	78.244	-2,0%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

O EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral e revela-se uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional da companhia, assim como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não apenas sobre o desempenho econômico, mas também serve como uma proxy para aferir a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e como referência para se obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicações Financeiras	2.083	3.751	-44,5%	6.467	-67,8%
Acréscimo Moratório sobre Conta de Energia	9.033	10.537	-14,3%	8.782	2,9%
Receita ativo indenizável	28.428	10.642	>100,0%	(8.819)	<-100,0%
Outras	1.621	3.229	-49,8%	5.345	-69,7%
Total - Receitas Financeiras	41.165	28.159	46,2%	11.775	>100,0%
Despesas financeiras					
Encargo de Dívidas	(17.422)	(16.998)	2,5%	(17.316)	0,6%
Variações Monetárias	(6.956)	(10.578)	-34,2%	(5.713)	21,8%
IOF e IOC	(3.167)	(290)	>100,0%	(342)	>100,0%
Multas (ARCE, ANEEL e outras)	(4.695)	(8.630)	-45,6%	(2.860)	64,2%
Outras	(16.091)	(11.468)	40,3%	(26.994)	-40,4%
Total - Despesas Financeiras	(48.331)	(47.964)	0,8%	(53.225)	-9,2%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(7.166)	(19.805)	-63,8%	(41.450)	-82,7%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

O resultado financeiro da Coelce, no 1T14, ficou em -R\$ 7 milhões, apresentando uma redução de 63,8% (+R\$ 13 milhões) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta evolução é o efeito líquido, basicamente, das seguintes variações:

Incremento de 46,2% (R\$ 41 milhões versus R\$ 28 milhões) nas receitas financeiras (+R\$ 13 milhões), principalmente, por:

- Incremento maior de 100,0% (R\$ 28 milhões versus R\$ 11 milhões) na receita do ativo indenizável (+R\$ 17 milhões):

O incremento se deve, basicamente, (i) as transferências do período, de ativo em curso para ativo em serviço, combinada, a (ii) atualização por IGPM destas transferências.

- Redução de 44,5% (R\$ 2 milhões versus R\$ 4 milhões) em renda de aplicações financeiras (-R\$ 2 milhões):

A variação explica-se devido aos seguintes fatores: (i) o caixa médio no trimestre apresentou uma redução de 67,3%, passando de R\$ 198 milhões em 1T13 para R\$ 65 milhões no 1T14. A redução ocorreu, principalmente, devido ao pagamento de dividendos em dezembro de 2013, no montante de R\$ 213,8 milhões. O volume de caixa também foi impactado em 1T14 devido às condições do mercado de energia que elevaram os preços acima do esperado.

Incremento de 0,8% (-R\$ 48,3 milhões versus -R\$ 48,0 milhões) nas despesas financeiras (-R\$ 0,3 milhão), principalmente, por:

- Redução de 34,2% (-R\$ 7 milhões versus -R\$ 11 milhões) em variações monetárias (+R\$ 4 milhões):

Menor volume de dívidas em IPCA devido ao pré-pagamento da 2ª Tranche da 2ª emissão de debêntures (R\$ 130 milhões). A Coelce encerrou o 1T14 com R\$ 352 milhões de dívidas indexadas ao IPCA enquanto que 1T13 este montante representada R\$ 467 milhões.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Tributos (IR/CSLL) e Outros

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
IR e CSLL	(9.767)	(25.168)	-61,2%	4.631	<-100,0%
Incentivo Fiscal SUDENE	42.655	10.508	>100,0%	12.559	>100,0%
Amortização do Ágio e Reversão da Provisão	(2.198)	(2.402)	-8,5%	(2.402)	-8,5%
Total	30.690	(17.062)	<-100,0%	14.788	>100,0%

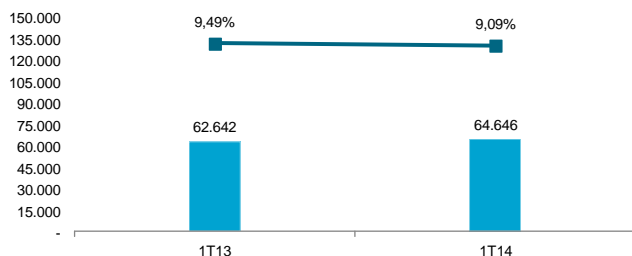
(1) Variação entre 1T14 e 4T13

As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Outros (Amortização do Ágio) no 1T14 registraram R\$ 31 milhões, o que representa uma redução maior do que 100,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, de -R\$ 17 milhões (+R\$ 48 milhões). A variação é o reflexo, basicamente, do reconhecimento pela Aneel do pleito da Coelce para recuperação de custos referentes a créditos de ICMS (imposto estadual que incide sobre a compra de energia) do período de maio de 2003 a fevereiro de 2014 (R\$ 46 milhões).

Lucro Líquido

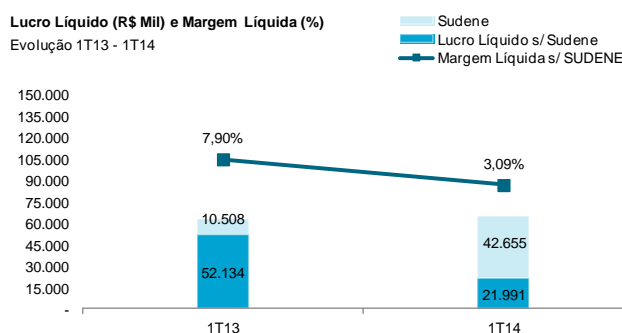
Lucro Líquido (R\$ Mil) e Margem Líquida (%)

Evolução 1T13 - 1T14



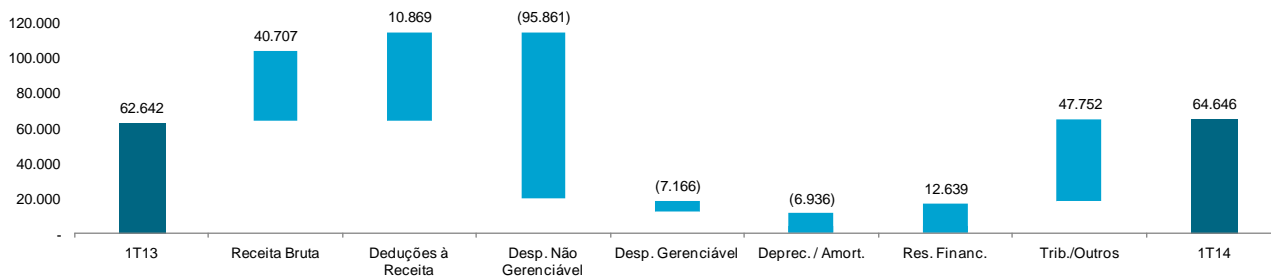
Lucro Líquido (R\$ Mil) e Margem Líquida (%)

Evolução 1T13 - 1T14



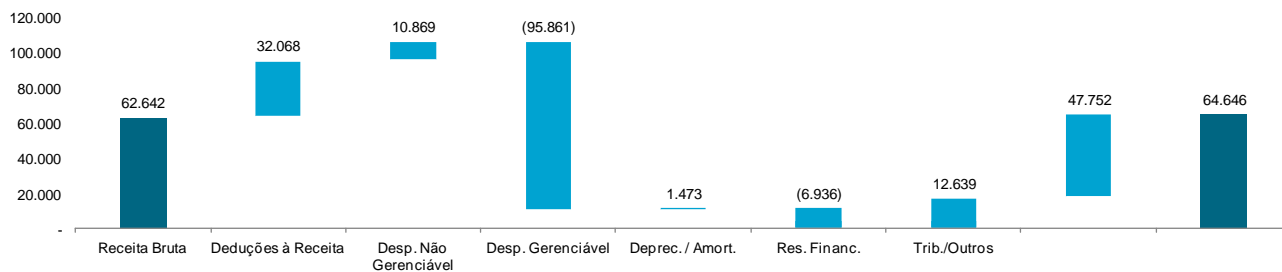
Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil)

Evolução 1T13 - 1T14



Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil), s/ variações de Receita e Custo de Construção (IFRIC 12)

Evolução 1T13 - 1T14



Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Coelce registrou no 1T14 um Lucro Líquido de R\$ 65 milhões, valor 3,2% superior ao registrado no 1T13, que foi de R\$ 63 milhões (-R\$ 2 milhões). Desta forma, a Margem Líquida no 1T13 alcançou 9,09%.

Comentário do Desempenho

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Dívida bruta (R\$ mil)	1.059.957	961.756	10,2%	934.844	13,4%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	118.536	246.766	-52,0%	107.310	10,5%
Dívida líquida (R\$ mil)	941.421	714.990	31,7%	827.534	13,8%
Dívida líquida / EBITDA(2)*	2,69	1,25	>100,0%	2,06	30,6%
EBITDA(2) / Encargos de Dívida(2)*	5,02	7,71	-34,9%	6,31	-20,4%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,39	0,37	5,9%	0,37	5,4%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,37	0,31	19,7%	0,35	5,8%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

(2) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses

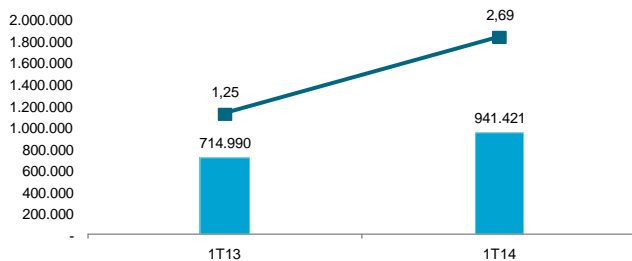
A dívida bruta da Coelce encerrou o 1T14 em R\$ 1.060 milhões, um incremento de 10,2% em relação ao 1T13, que foi de R\$ 962 milhões (+R\$ 98 milhões). Este incremento deve-se, basicamente, por captações de dívidas com o BNDES no valor de R\$ 193 milhões e com o Itaú no valor de R\$ 150 milhões; compensados parcialmente, pela liquidação da 2ª série da 2ª emissão de debêntures no valor de R\$ 130 milhões (sendo R\$ 67 milhões realizados através de evento de resgate antecipado total), à amortização de financiamentos de R\$ 125 milhões.

A operação de pré-pagamento das debêntures teve como objetivo a redução dos custos financeiros para a companhia, uma vez que os custos das debêntures estavam acima do custo médio de captação de dívida praticado no mercado no período analisado.

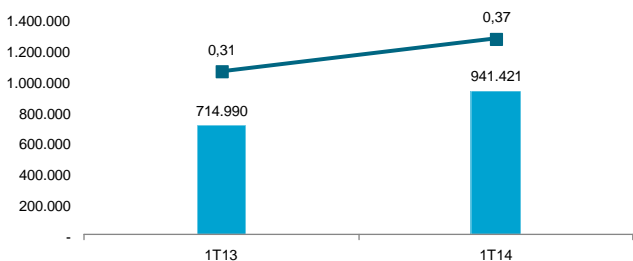
A Coelce encerrou o 1T14 com o custo da dívida médio de 9,91% a.a., ou CDI + 1,09% a.a.

Em setembro de 2013, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's procedeu com o upgrade do *rating* corporativo da Companhia de brAA+ para brAAA (com perspectiva estável), refletindo a solidez creditícia atual e futura da Coelce. De acordo com a S&P, a elevação do *rating* da Coelce, deve-se principalmente a um sólido desempenho operacional e a uma política financeira prudente, o que permitiu apresentar métricas de crédito moderadas e liquidez adequada, apesar do cenário desafiador pelo qual as companhias de distribuição enfrentaram, particularmente no primeiro trimestre de 2013.

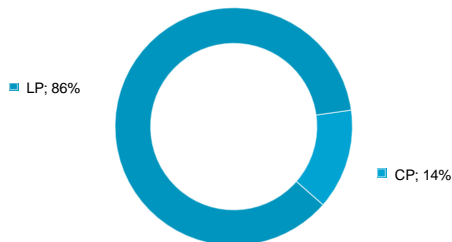
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Dívida Líquida / EBITDA* (Veze)
Evolução 1T13 - 1T14



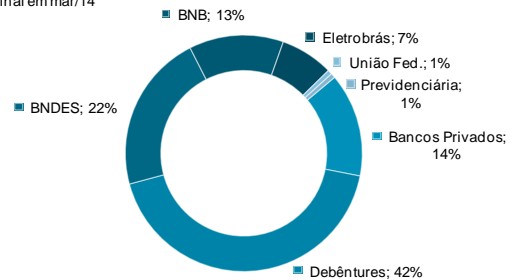
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze)
Evolução 1T13 - 1T14



Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em mar/14



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em mar/14



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

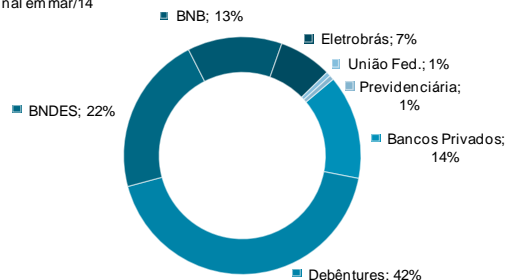
Abertura da Dívida Bruta - Moedas

Posição Final em mar/14



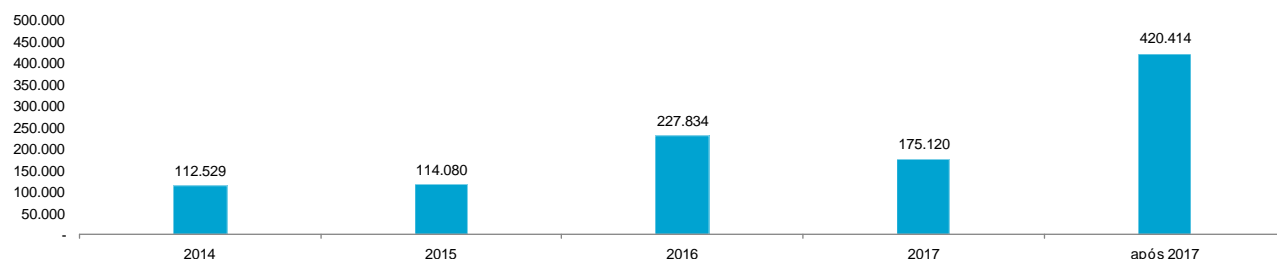
Abertura da Dívida Bruta - Credor

Posição Final em mar/14



Curva de Amortização (R\$ Mil)

Posição Final em mar/14



Investimentos

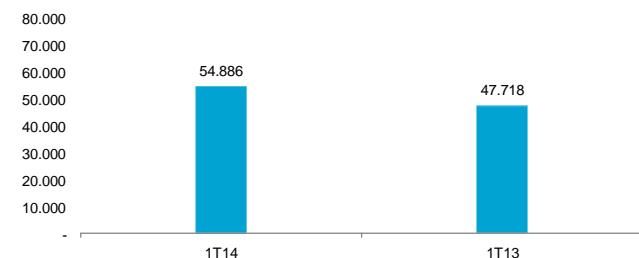
INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Novas Conexões	20.605	16.055	28,3%	52.097	-60,4%
Rede	12.959	8.904	45,5%	55.119	-76,5%
Combate às Perdas	5.914	7.402	-20,1%	9.259	-36,1%
Qualidade do Sistema Elétrico	5.008	1.278	>100,0%	26.219	-80,9%
Outros	2.037	224	>100,0%	19.641	-89,6%
Medidores	2.195	1.635	34,3%	2.849	-23,0%
Outros (Non - Network)	7.279	5.980	21,7%	12.642	-42,4%
Variação de Estoque	11.848	15.144	-21,8%	(21.154)	<-100,0%
Total Investido	54.886	47.718	15,0%	101.553	-46,0%
Aportes / Subsídios	(7.400)	(7.182)	3,0%	(8.289)	-10,7%
Investimento Líquido	47.486	40.536	17,1%	93.264	-49,1%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

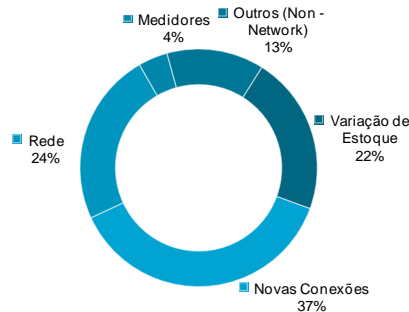
Investimentos Totais (R\$ Mil)*

Evolução 1T13 - 1T14



Portfólio de Investimentos (R\$ mil)

Dados de 1T14



Os investimentos realizados pela Coelce no 1T14 alcançaram R\$ 55 milhões*, um incremento de 15,0% (+R\$ 7 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 48 milhões*. O maior volume, no 1T14, foi direcionado aos investimentos para Novas Conexões, que representou R\$ 21 milhões* de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Coelce atingiram R\$ 47 milhões* no 1T14, montante 17,1% superior ao realizado no 1T13, de R\$ 41 milhões* (+R\$ 6 milhões*).

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Mercado de Capitais

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/ In AÇÃO) *

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Ordinárias - ON (COCE3)	48,00	49,80	-3,6%	44,60	7,6%
Preferenciais A - PNA (COCE5)	37,15	50,00	-25,7%	42,00	-11,5%
Preferenciais B - PNB (COCE6)	35,00	35,00	-	35,00	-

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

INDICADORES DE MERCADO*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Informações sobre Ação Preferencial A (COCE5)					
Cotação (R\$/ação)	37,15	50,00	-25,7%	42,00	-11,5%
Média Diária de Negócios	236	227	4,0%	215	9,8%
Média Diária de Volume Financeiro (R\$)	4.578.942	3.284.939	39,4%	2.717.233	68,5%
Valor de Mercado (R\$ milhões)	3.411	3.860	-11,6%	3.384	0,8%
Enterprise Value (EV) (2) (R\$ milhões)	4.352	4.575	-4,9%	4.212	3,3%
EV/EBITDA (3)	12,42	8,02	54,9%	10,48	18,5%
Preço da Ação PNA / Lucro por Ação (3) (P/L)	18,24	10,74	69,8%	20,89	-12,7%
Dividend Yield da Ação PNA (4)	2,66%	7,09%	-4,43 p.p	6,55%	-3,89 p.p
Valor de Mercado/Patrimônio Líquido	2,09	2,38	-12,2%	2,16	-3,2%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

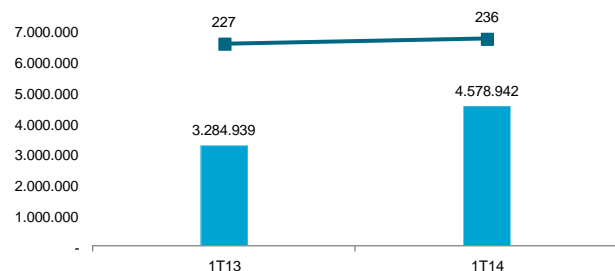
(2) EV = Valor de mercado + Dívida líquida

(3) EBITDA e Lucro por Ação dos quatro últimos trimestres

(4) Proventos por Ação pagos nos últimos 4 trimestres / Preço da Ação no final do período

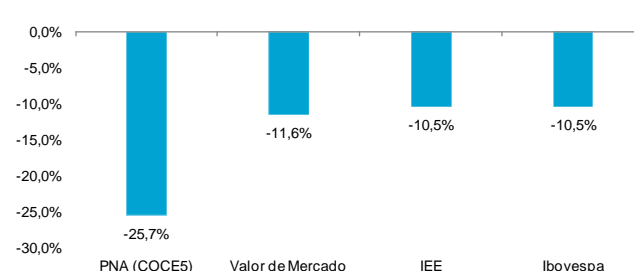
Média Diária de Negócios (Negócios) e Volume Médio Diário (R\$)*

Evolução 1T13 - 1T14



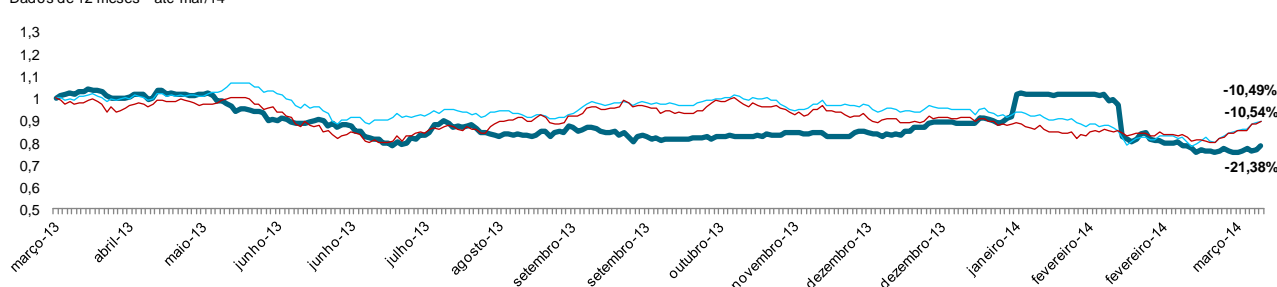
Indicadores de Mercado - Variação 12 meses (%)*

Dados até mar/14



Evolução diária COCE5, IEE e IBOVESPA - base 1

Dados de 12 meses - até mar/14



O *free float* do Capital Social da Coelce (ações em livre negociação na BM&FBovespa) é de 26,0%, enquanto os demais 74,0% estão nas mãos do grupo controlador.

A Coelce possui, atualmente, 3 papéis negociados na BM&FBovespa, sendo que o de maior liquidez é a ação preferencial A (COCE5), que no 1T14 teve uma média de 236 negócios diários (+4,0% vs. 1T13) e um volume financeiro diário médio de R\$ 4,6 milhões (+39,4% vs. 1T13). Os demais papéis têm menor liquidez, e podem eventualmente apresentar negociações que fogem à percepção média do mercado sobre a Companhia e indiquem distorções no preço do ativo.

A ação preferencial classe A (COCE5) apresentou desvalorização (sem ajuste por proventos) de 25,7% nos 12 meses até dezembro de 2013, enquanto o IEE e o Ibovespa apresentaram desvalorização de 10,5%. Ajustando-se as cotações pelos proventos deliberados, a desvalorização da ação preferencial classe A (COCE5) seria de 21,4%.

Em Assembleia Geral Ordinária – AGO, realizada em 16 de abril de 2014, foi deliberada a distribuição de R\$ 76.829.017,00 em dividendos, o que representa um **payout ratio de 80%** sobre o lucro líquido passível de distribuição (excluindo-se o benefício fiscal da SUDENE) e um dividendo de **R\$**

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

0,986818084 por ação. Com base na cotação média de fechamento do papel COCE5 no ano de 2014 (**R\$ 39,79** até 31 de março), esta deliberação representa um **dividend yield de 2,48%**, cujo pagamento será efetuado aos acionistas até o dia 31 de dezembro de 2014.

OPA - Oferta Pública de Aquisição de Ações

No dia 14 de janeiro de 2014, a Companhia comunicou ao mercado que foi informada, naquela data, que a Enersis S.A., sua acionista controladora indireta, sociedade anônima chilena de capital aberto com sede na Cidade de Santiago, Chile, na Calle Santa Rosa, n.º 76, em reunião de seu Conselho de Administração realizada naquela data, aprovou a realização de uma Oferta Pública Voluntária para Aquisição de Ações (OPA), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 361, de 5 de março de 2002 (Instrução CVM 361/02), conforme alterada, com o objetivo de adquirir até a totalidade das Ações Ordinárias, Ações Preferenciais Classe A, e Ações Preferenciais Classe B de emissão da Companhia em circulação no mercado. O Banco Itaú BBA S.A. foi contratado pela Enersis na qualidade de instituição intermediária,

O Leilão da OPA ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2014, tendo a Enersis S.A. adquirido 2.964.650 Ações Ordinárias; 8.818.006 Ações Preferenciais Classe A e 424 Ações Preferenciais Classe B. Em razão das aquisições acima, o grupo econômico da Enersis S.A. passou a deter, direta e indiretamente, (i) 47.043.336 Ações Ordinárias, representativas de 97,83% do total de Ações Ordinárias de emissão da Companhia e 60,40% do capital social da Companhia; (ii) 10.588.006 Ações Preferenciais Classe "A", representativas de, aproximadamente, 37,48% do total de Ações Preferenciais Classe "A" de emissão da Companhia e 13,60% do capital social da Companhia; e (iii) 424 Ações Preferenciais Classe "B", representativas de 0,03% do total de Ações Preferenciais Classe "B" de emissão da Companhia e 0,00054% do capital social da Companhia.

Tendo em vista que a Enersis S.A. adquiriu mais de 2/3 do total de Ações Ordinárias em circulação, está obrigada, diretamente ou por meio de outra sociedade por ela controlada direta ou indiretamente, a adquirir, nas condições estabelecidas no Edital da OPA, Ações Ordinárias em circulação de qualquer(s) interessado(s) em vendê-las, pelo prazo de 3 meses contado de 17 de fevereiro de 2014, conforme estabelecido na Cláusula 10.2 do Edital da OPA, e nos termos do §2º do artigo 10 da Instrução CVM 361/02.

Sendo assim, a Enersis S.A. adquiriu até o dia 31 de março de 2014 mais 17.253 Ações Ordinárias, totalizando a quantidade de 2.981.903 do total de Ações Ordinárias de emissão da Companhia, em razão desta aquisição, o grupo econômico da Enersis, passou a deter, direta e indiretamente, 47.043.336 Ações Ordinárias, representativas de 97,86% do total de Ações Ordinárias de emissão da Companhia e 60,42% do capital social da Companhia.

5

OUTROS TEMAS RELEVANTES

Decreto 8.203/14

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14 que alterou o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo decorrentes da compra frustrada no leilão de dezembro de 2013, estendendo a cobertura do repasse dos recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético para a competência de janeiro de 2014.

Decreto 8.221/14

Em 2 de abril de 2014 foi publicado o Decreto 8.221/2014, instituindo a criação da, denominada, "CONTA-ACR", e normatizando o que se previa em normas anteriores que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) procedesse à contratação de empréstimos junto a bancos, para obter os fundos necessários para viabilizar os pagamento às empresas distribuidoras, do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16/4/2014 a ANEEL emitiu a Resolução 612 e em 22/4/2014 a mesma emitiu o Despacho 1.256, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR, e homologando os valores a serem repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro/2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, a serem repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. A CCEE liquidará esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas serão estabelecidas, futuramente, pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. A Companhia não foi interveniente no contrato entre CCEE e os bancos financiadores, e não disponibilizou nenhuma garantia para esse contrato.

Reajuste Tarifário Anual de 2014

O Reajuste Tarifário da Coelce de 2014, com vigência a partir do dia 22 de abril de 2014, estabeleceu um incremento nas tarifas de 8,09%, sendo o efeito médio a ser percebido pelos consumidores da Companhia foi um incremento de 16,77%, tendo em vista a retirada da tarifa dos componentes financeiros oriundos do reajuste tarifário anual anterior (-8,68%).

Prêmios e Reconhecimentos

Ranking de Qualidade de Serviço - Aneel

Em março de 2014, foi divulgado o ranking de qualidade de serviço de todas as distribuidoras do país, e a Coelce foi eleita a distribuidora de energia elétrica com a melhor qualidade de serviço do país, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica, pelo segundo ano (2011 e 2013).

O ranking é elaborado com base no indicador de Desempenho Global de Continuidade (DGC), formado a partir da comparação dos valores apurados de DEC e FEC das distribuidoras em relação aos limites estabelecidos pela Aneel. Dessa forma, pode-se afirmar que as distribuidoras mais bem colocadas possuem, na média, melhor continuidade do serviço em relação às demais.

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Endesa Brasil S.A., é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão todo o Estado do Ceará. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028.

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, publicadas na imprensa oficial em 17 de março de 2014, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e regulamentados pela CVM. Essas informações trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas demonstrações financeiras, para melhor compreensão das informações apresentadas.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião da Diretoria realizada em 30 de abril de 2014.

Notas Explicativas

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

Desde o último trimestre de 2012 houve elevação dos custos na compra de energia no mercado de curto prazo, assim como energia produzida por geradores térmicos, ocasionada por diversos fatores, tais como: (i) condições hidrológicas; (ii) redução da oferta decorrente de algumas usinas que não renovaram suas concessões nos moldes da Lei 12.783/13; (iii) pelo elevado custo da energia térmica por conta do nível de despacho utilizado atualmente pelas usinas; e (iv) ao atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração.

A Lei 12.783/2013 disciplinou o uso dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que inclui a neutralização da exposição de distribuição no mercado de curto prazo e a cobertura do custo adicional dos despachos de usinas térmicas acionadas em razão de segurança energética, assim como criou novas fontes para o seu custeio, inclusive prevendo a possibilidade que sejam feitas operações de crédito para suprir fundos à CDE. Dessa forma, a Companhia entende que o direito legal dessa compensação de custos e receber caixa já existia em 31 de março de 2014, tendo em vista que, anteriormente, já existiam diversos normativos e evidências dentre as quais a Lei 10.438/02, Lei 12.783/13, Decreto 7.891/13, Decreto 7.945/13, e comunicados emitidos pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério das Minas e Energia, que suportavam o direito da Companhia em receber em caixa e no curto prazo tais valores de forma desvinculada de reajustes tarifários futuros.

Adicionalmente, em 2/4/2014 foi publicado o Decreto 8221/2014, instituindo a criação da, denominada, "CONTA-ACR", e normatizando o que se previa em normas anteriores que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) procedesse à contratação de empréstimos junto a bancos, para obter os fundos necessários para viabilizar os pagamento às empresas distribuidoras, do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16/4/2014 a ANEEL emitiu a Resolução 612 e em 22/4/2014 a mesma emitiu o Despacho 1.256, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR, e homologando os valores a serem repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro/2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, a serem repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. A CCEE liquidará esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas serão estabelecidas, futuramente, pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. A Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta para esse contrato.

Notas Explicativas

A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo “Energia comprada para revenda”, ocorreu de acordo com o período de competência (mesmo período em que os custos também foram incorridos) e totalizou R\$ 123.504 no trimestre findo em 31 de março de 2014, composto por: (i) R\$ 19.449 relativos ao mês de janeiro de 2014, recebido diretamente dos fundos da CDE em 11 de março de 2014, (ii) R\$ 77.284 relativos ao mês de fevereiro de 2014, recebidos através da CONTA-ACR, em 29 de abril de 2014, e (iii) pelo valor estimado pela Companhia de R\$ 26.771 relativos ao mês de março de 2014 e que se espera seja recebido durante o mês de maio de 2014.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e contas correntes bancárias	3.242	11.807
Aplicações financeiras	55.654	83.480
Total de caixa e equivalentes de caixa	58.896	95.287

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB – Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas. Os investimentos tem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são compostas da seguinte forma:

Descrição	31/03/2014	31/12/2013
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	67.761
Total de aplicações diretas	-	67.761
Fundos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	17.737	8.181
Operações compromissadas	37.917	7.538
Total de fundos exclusivos	55.654	15.719
Total de aplicações financeiras	55.654	83.480

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013, as aplicações financeiras classificadas como fundos de investimento exclusivos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aplicação direta		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	14.818	-
Fundos de investimentos	305	300
Total de fundos de investimentos	<u>15.123</u>	<u>300</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	26.303	6.676
Cotas de fundos	16.711	3.614
Outros	1.503	1.433
Total de fundos de investimentos exclusivos	<u>44.517</u>	<u>11.723</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>59.640</u>	<u>12.023</u>

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

Notas Explicativas

6. Consumidores, concessionários e permissionários

Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Classe de consumidores	Saldos			Valor bruto	
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90	31/03/2014	31/12/2013
Circulante					
Residencial	82.256	55.991	19.225	157.472	136.392
Industrial	12.169	5.758	7.841	25.768	21.073
Comercial	37.305	13.719	11.239	62.263	51.848
Rural	18.798	9.269	8.287	36.354	32.007
Poder público	17.429	10.745	1.207	29.381	21.365
Iluminação pública	4.134	1.473	156	5.763	4.902
Serviço público	6.171	454	241	6.866	7.169
Subtotal	178.262	97.409	48.196	323.867	274.756
Encargo emergencial	-	-	2.487	2.487	2.487
Créditos junto a clientes com ações judiciais (a)	-	-	65.684	65.684	64.948
Consumidores livres	3.820	-	-	3.820	3.466
Parcelamento de débitos	15.696	-	-	15.696	15.764
Fornecimento não faturado	104.736	-	-	104.736	118.778
Contas a receber com partes relacionadas (b)	46	-	-	46	49
Outros créditos	694	829	78	1.601	1.009
Subtotal	303.254	98.238	116.445	517.937	481.257
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(93.492)	(93.307)
Total circulante	303.254	98.238	116.445	424.445	387.950
Não circulante					
Comercialização na CCEE	-	-	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos	7.194	-	-	7.194	7.152
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(16.704)	(16.704)	(16.657)
Total não circulante	7.194	-	(1.415)	5.779	5.784

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte

Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(93.714)</u>
(Adições)	<u>(33.088)</u>
Baixas	<u>16.838</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(109.964)</u>
(Adições)	<u>(1.866)</u>
Baixas	<u>1.634</u>
Saldo em 31 de março de 2014	<u>(110.196)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Notas Explicativas

a) Créditos junto a clientes com ações judiciais

Contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado. Esses consumidores obtiveram judicialmente, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas atuais, mesmo ainda não tendo sido o mérito da questão transitado em julgado (última instância). A Companhia mantém PCLD para esses casos no montante de R\$ 53.979 em 31 de março de 2014 (R\$ 53.858 em 31 de dezembro de 2013), suficientes para cobrir eventuais perdas em relação a essas ações.

b) Contas a receber com partes relacionadas

Para mais informações sobre os termos e condições envolvendo contas a receber de partes relacionadas, consulte a Nota 20.

7. Consumidores de baixa renda

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras, subvenção com recursos da CDE, para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados nos critérios das antigas Resoluções Normativas ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2004.

Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber em 31 de março de 2014 é de R\$ 32.247 (R\$ 47.541 em 31 de dezembro de 2013).

A referida subvenção é calculada mensalmente pela Companhia e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho específico.

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de março de 2014 é de R\$ 46.714 (11.679 em 31 de dezembro de 2013) relativo as subvenções dos meses de dezembro de 2013 a março de 2014.

Notas Explicativas

9. Tributos a compensar

	31/03/2014		31/12/2013	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Imposto de renda e contribuição social	12.730	-	11.677	-
ICMS	34.894	18.475	24.869	29.320
ICMS parcelamento	11.056	-	11.056	-
PIS e COFINS	2.856	-	2.390	-
Outros tributos	702	-	684	-
Total de tributos a compensar	62.238	18.475	50.676	29.320

Os montantes de imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se a retenções sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e antecipações de IRPJ e CSLL.

O saldo de ICMS refere-se basicamente aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/ 48 avos.

O saldo de ICMS parcelamento ativo refere-se principalmente ao crédito de diferencial de alíquota do ativo imobilizado, objeto dos Autos de Infração nºs 2008.03699-4, 2007.01902-8 e 2006.25755-6 e da Confissão Espontânea de Débito conforme protocolo nº 096.40949-5, cujos montantes somam R\$ 11.056 e foram incluídos no parcelamento previsto no “REFIS do Ceará - 2009” através do Termo de Concessão nº 197588 e conforme Nota 17.

10. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de Aplicação	31/03/2014		31/12/2013	
		<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Itaú-Unibanco TOP DI	Fundo de Investimento	21.015	-	25.055	-
Bradesco	CDB	-	19	-	120
Itaú	CDB	-	615	-	602
Banco do Brasil	CDB	-	-	-	9.729
BNB	CDB	-	15.928	-	20.302
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	-	4.710	-	4.582
Caixa	Caução	320	-	320	-
Outros		-	20	-	20
Total		21.335	21.292	25.375	35.355

Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, CDBs e outros instrumentos financeiros de baixo risco. Em 31 de março de 2014 a Companhia possui registrado no ativo circulante o montante de R\$ 21.335 (R\$ 25.375 em 31 de dezembro de 2013) e no ativo não circulante o montante de R\$ 21.292 (R\$ 35.355 em 31 de dezembro de 2013), os quais referem-se a garantias exigidas em contratos de empréstimos e financiamentos, valores retidos de fornecedores e de contratos de aquisição de energia elétrica conforme cláusulas contratuais.

Notas Explicativas

11. Benefício fiscal - ágio incorporado

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999 está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução nº 269, de 15 de setembro de 1999, da ANEEL.

O registro contábil está de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01 que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício.

O quadro a seguir demonstra a abertura dos valores de ágio e sua provisão, bem como o efeito na conta de reserva de capital no patrimônio líquido:

Benefício fiscal - ágio incorporado	31/03/2014	31/12/2013
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(565.663)	(559.198)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	290.319	286.052
Saldo	71.251	73.449
Circulante	8.607	8.793
Não Circulante	62.643	64.656
Reserva de capital	31/03/2014	31/12/2013
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188

Notas Explicativas

12. Tributos diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, bem como sobre prejuízos fiscais, cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

Ativo	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24.345	22.882	8.764	8.238	33.109	31.120
Provisão para créditos de liquidação	27.549	27.491	9.918	9.897	37.467	37.388
Provisão para obsolescência de	1.532	2.061	551	742	2.083	2.803
Diferido perda de bens	2.730	2.730	983	983	3.713	3.713
Perda plano de pensão	33.377	33.377	12.016	12.016	45.393	45.393
Provisão SWAP	639	639	231	231	870	870
Provisão multa ARCE	19.229	17.980	6.922	6.472	26.151	24.452
Desreconhecimento de ativo	22.513	-	10.439	-	32.952	-
Outras provisões	520	23	186	7	706	30
Total	132.434	107.183	50.010	38.586	182.444	145.769
Passivo						
Diferenças temporárias						
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	(820)	(833)	(1.494)	(1.526)	(2.314)	(2.359)
Desreconhecimento de passivo	-	(36.261)	-	(10.719)	-	(46.980)
Ativo indenizável (concessão)	(61.704)	(54.597)	(22.552)	(19.993)	(84.256)	(74.590)
Swap Passivo	(2.414)	(2.313)	(869)	(832)	(3.283)	(3.145)
Total	(64.938)	(94.004)	(24.915)	(33.070)	(89.853)	(127.074)
Tributos diferidos						
Ativos (passivos) diferidos	67.496	13.179	25.095	5.516	92.591	18.695

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2012	116.521	184.850
Adições do resultado do exercício	21.447	10.430
Reduções do resultado do exercício	(57)	(71.351)
Outros resultados abrangentes	7.858	3.145
Saldo em 31 de dezembro de 2013	145.769	127.074
Adições do resultado do exercício	36.675	9.666
Reduções do resultado do exercício	-	(47.025)
Outros resultados abrangentes	-	138
Saldo em 31 de março de 2014	182.444	89.853

Notas Explicativas

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização está apresentada a seguir:

<u>Ano de realização</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2014	15.513	19.471
2015	13.657	13.657
2016	18.170	18.170
2017	19.238	19.238
2018 a 2020	59.715	59.715
2021 a 2023	56.151	15.518
Total	<u>182.444</u>	<u>145.769</u>

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

13. Depósitos vinculados a litígios

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas	12.993	15.240
Cíveis	20.701	22.435
Fiscais	4.526	4.589
Total	<u>38.220</u>	<u>42.264</u>

Notas Explicativas

14. Ativo indenizável (concessão)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de Concessão.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	606.556
Transferências do ativo intangível	2.243
Receitas financeiras - ativo indenizável	22.000
Saldo em 31 de dezembro de 2013	630.799
Transferências do ativo intangível	37.414
Receitas financeiras - ativo indenizável	28.428
Saldo em 31 de março de 2014	696.641

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Valor novo de reposição – Lei nº 12.783/13

Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.783 que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012, que dispunha sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Notas Explicativas

15. Intangível

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em Serviço				Em Curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.687.702	(1.608.390)	(617.553)	1.461.759	430.084	(196.715)	233.369	1.695.128
Adições	-	-	-	-	287.479	(33.638)	253.841	253.841
Baixas	(41.242)	3.045	-	(38.197)	-	-	-	(38.197)
Amortização	-	(176.634)	28.195	(148.439)	-	-	-	(148.439)
Transferências	97.141	-	(4.729)	92.412	(97.141)	4.729	(92.412)	-
Transferências para o ativo indenizável	(2.243)	-	-	(2.243)	-	-	-	(2.243)
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	(21.930)	11.011	-	(10.919)	-	-	-	(10.919)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	3.719.428	(1.770.968)	(594.087)	1.354.373	620.422	(225.624)	394.798	1.749.171
Adições	-	-	-	-	49.627	(7.400)	42.227	42.227
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(42.512)	7.663	(34.849)	-	-	-	(34.849)
Transferências	76.376	-	(397)	75.979	(76.376)	397	(75.979)	-
Transferências para o ativo indenizável	(37.414)	-	-	(37.414)	-	-	-	(37.414)
Saldo em 31 de março de 2014	3.758.390	(1.813.480)	(586.821)	1.358.089	593.673	(232.627)	361.046	1.719.135

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão e preservação do sistema de distribuição de energia elétrica.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifário e de determinação da indenização dos bens reversíveis. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma não linear até o fim do contrato de concessão.

A estimativa referente à vida útil é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens do setor elétrico.

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, com base em uma taxa média de 3,98%.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob a administração da concessionária.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

Notas Explicativas

16. Fornecedores

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Suprimento e transporte de energia		
Compra de energia	235.592	161.922
Energia livre	5.738	5.602
Encargo de uso da rede	6.747	5.622
Diferencial Eletronuclear	14.540	15.862
Partes relacionadas (a)	83.381	84.375
Materiais e serviços	41.121	77.031
Total	<u>387.119</u>	<u>350.414</u>
Circulante	373.352	336.881
Não circulante	13.767	13.533

(a) Partes relacionadas

Os termos e condições envolvendo partes relacionadas na Nota 20.

17. Obrigações fiscais

	<u>31/03/2014</u>			<u>31/12/2013</u>		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	28.135	-	28.135	10.226	-	10.226
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	49.158	-	49.158	48.317	-	48.317
REFIS - Parcelamento ICMS	2.791	-	2.791	3.814	-	3.814
REFIS IV - Federal (Previdenciário)	1.662	15.928	17.590	1.643	16.156	17.799
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	11.924	-	11.924	7.731	-	7.731
Programa de integração social - PIS	2.590	-	2.590	1.679	-	1.679
Imposto sobre serviços - ISS	1.599	-	1.599	1.709	-	1.709
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte)	954	-	954	1.109	-	1.109
Outros tributos e contribuições	4.139	-	4.139	4.386	-	4.386
Total	<u>102.952</u>	<u>15.928</u>	<u>118.880</u>	<u>80.614</u>	<u>16.156</u>	<u>96.770</u>

A movimentação dos saldos de parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2014</u>			<u>31/12/2013</u>		
	REFIS IV FEDERAL	REFIS ICMS	Total	REFIS IV FEDERAL	REFIS ICMS	Total
Saldo inicial	17.799	3.814	21.613	18.796	2.594	21.390
(+) Adição	-	-	-	-	4.237	4.237
(-) Pagamentos	(437)	(1.404)	(1.841)	(2.799)	(3.441)	(6.240)
(+) Atualização	228	381	609	1.802	424	2.226
Saldo final	<u>17.590</u>	<u>2.791</u>	<u>20.381</u>	<u>17.799</u>	<u>3.814</u>	<u>21.613</u>
Circulante	1.662	2.791	4.453	1.643	3.814	5.457
Não circulante	15.928	-	15.928	16.156	-	16.156
Total do passivo	<u>17.590</u>	<u>2.791</u>	<u>20.381</u>	<u>17.799</u>	<u>3.814</u>	<u>21.613</u>

Notas Explicativas

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia optou pelo parcelamento de débitos instituído pela Lei nº 11.941/2009 (“REFIS IV”), na modalidade “Débitos Administrados pela RFB - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Previdenciários”.

Corresponde a débitos previdenciários, bem como valores espontaneamente confessados a título de “Contribuição ao INCRA” de fevereiro de 2005 a outubro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2009 a concessionária protocolou junto à Secretaria da Fazenda Estadual o seu “pedido de opção” pelo “REFIS do Ceará - 2009” de acordo com a Lei nº 14.505 de 18 de Novembro de 2009, conforme protocolo nº 096.40951-7 e Termo de Concessão nº 197588.

Em 26 de dezembro de 2013 a concessionária protocolou junto à Secretaria da Fazenda Estadual o seu “pedido de opção” pelo “REFIS do Ceará - 2013” de acordo com a Lei nº 15.384 de 25 de julho de 2013, conforme protocolo nº 260160.

Notas Explicativas

18. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	31/03/2014			31/12/2013		
	Principal		Não circulante	Principal		Não circulante
	Encargos	Circulante		Encargos	Circulante	
Moeda estrangeira:						
União Federal - Bônus de Capitalização (i)	6	157	-	3	163	-
União Federal - Bônus de Desconto (i)	16	-	2.582	8	-	2.673
União Federal - Bônus ao Par (i)	106	-	3.701	49	-	3.831
Total moeda estrangeira	128	157	6.283	60	163	6.504
Moeda nacional:						
Eletrobras (ii)	13	11.174	65.521	13	11.177	68.315
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (iii)	-	-	-	1	76	-
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobras) (iii)	-	-	-	25	3.092	-
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	-	-	-	2	936	-
Banco do Nordeste - FNE (iv)	394	51.495	84.950	412	61.315	90.259
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (v)	120	36.829	-	171	49.106	-
BNDES FINAME 2012-2013 (vi)	44	3.091	34.000	46	2.061	35.031
BNDES FINEM 2012-2013 A (vi)	227	9.720	68.038	244	6.480	71.278
BNDES FINEM 2012-2013 B (vi)	255	9.720	68.038	273	6.480	71.278
Itaú CCB (vii)	470	-	150.000	-	-	-
Total moeda nacional	1.523	122.029	470.547	1.187	140.723	336.161
Custos de transação	-	(128)	-	-	(193)	-
Total moeda nacional líquido dos custos de transação	1.523	121.901	470.547	1.187	140.530	336.161
Total de empréstimos e financiamentos	1.651	122.058	476.830	1.247	140.693	342.665

Moeda estrangeira:						
União Federal - Bônus de Capitalização (i)	15/08/1997	10/04/2014	Semestral	Receíveis e Conta Reserva	USD + 8,2% a.a.	
União Federal - Bônus de Desconto (i)	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Receíveis e Conta Reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.	
União Federal - Bônus ao Par (i)	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Receíveis e Conta Reserva	USD + 6,2% a.a.	
Moeda nacional:						
Eletrobras (ii)	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Receíveis e Nota Promissória	6,95% a.a.	
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (iii)	30/06/1994	01/03/2014	Mensal	Receíveis	TR + 10,028% a.a.	
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobras) (iii)	30/06/1994	01/03/2014	Mensal	Receíveis	IGPM + 10,028% a.a.	
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	23/01/2007	18/02/2014	Mensal	Fiança Bancária	TJLP + 4,5% a.a.	
Banco do Nordeste - FNE (iv)	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Fiança Bancária e Conta Reserva	10% a.a.	
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (v)	28/04/2008	15/12/2014	Mensal	Receíveis e Conta Reserva	TJLP + 3,7% a.a.	
BNDES Finame 2012-2013 (vi)	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Receíveis e Conta Reserva	3,00% a.a.	
BNDES Finem 2012-2013 A (vi)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Receíveis e Conta Reserva	TJLP + 2,8% a.a.	
BNDES Finem 2012-2013 B (vi)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Receíveis e Conta Reserva	TJLP + 3,8% a.a.	
Itaú CCB (vii)	20/03/2014	20/03/2019	Mensal	-	112%CDI	
Working capital Santander (viii)	30/09/2013	27/06/2014	Mensal	-	CDI + 1,8% a.a.	

(i) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) - Confissão de dívida com a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (quatro deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos).

(ii) Eletrobras - Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.

(iii) União Federal - Lei 8.727– Cessão de crédito, que fez a Eletrobras e a Caixa Econômica Federal à União Federal.

Notas Explicativas

(iv) Banco do Nordeste do Brasil - Programa de incentivo as fontes alternativas de energia (Proinfra) - A Companhia celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do FNE/PROINFRA.

(v) BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da Companhia contratado em 28 de abril de 2008, no montante de R\$ 330.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia captou 74% do total do contrato.

(vi) BNDES FINAME/FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 28 de junho de 2013, no montante total de R\$ 217.185, através de sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de março de 2014 havia sido liberado pelo BNDES 89% do total do contrato.

(vii) Cédula de credito bancário Itaú: Empréstimo com vencimento em março de 2019, na modalidade de capital de giro destinados ao apoio financeiro da companhia e utilizados para cobrir custos operacionais.

(viii) Contratos contraídos devido à necessidade de capital de giro da Companhia.

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de março de 2014:

Obrigações Especiais Financeiras	Banco	Índice
Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	BNDES / FINEM	3,5
Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	BNDES / FINEM	0,6

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, excluindo os efeitos dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

	31/03/2014	31/12/2013
2015	46.842	62.456
2016	62.184	62.184
2017	111.366	61.366
2018	110.773	60.773
2019	94.211	44.211
Após 2019	51.454	51.675
	476.830	342.665

Notas Explicativas

Os contratos de DMLP – dívida de médio e longo prazo, com variação em moeda estrangeira contratado com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro, não estão vinculados a contratos de swap. Apesar da exposição cambial deste contrato de DMLP, o percentual de exposição cambial está dentro do limite estipulado na política de riscos financeiros da Companhia, representando apenas 1,39% da dívida total, na posição de 31 de março de 2014.

Variação das moedas/indexadores da dívida acumulados no ano até a posição de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente:

Moeda / Indexador	31/03/2014	31/12/2013
Dólar norte-americano	12,37%	14,64%
INPC	5,62%	5,56%
IPCA	6,15%	5,91%
IGP-M	7,30%	5,51%
TJLP	5,00%	5,00%
CDI	8,90%	8,06%
TR	0,38%	0,19%
Libor	0,38%	0,43%

Mutação de empréstimos e financiamentos sem os efeitos dos custos de transação:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2012	116.020	279.436	343	5.816
Captações	-	197.992	-	-
Encargos provisionados	29.638	-	281	-
Encargos pagos	(29.393)	-	(279)	-
Variação monetária e cambial	-	636	-	856
Transferências	141.903	(141.903)	168	(168)
Resultado Swap	-	-	-	-
Amortizações	(116.258)	-	(290)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	141.910	336.161	223	6.504
Captações	-	150.000	-	-
Encargos provisionados	8.765	-	73	-
Encargos pagos	(8.430)	-	-	-
Variação monetária e cambial	-	37	-	(232)
Transferências	15.651	(15.651)	(11)	11
Amortizações	(34.344)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2014	123.552	470.547	285	6.283

Notas Explicativas

19. Debêntures

	31/03/2014			31/12/2013		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante
1ª Série 3ª Emissão	5.022	-	104.000	2.219	-	104.000
2ª Série 3ª Emissão	10.407	-	342.052	4.698	-	334.764
(-) Custo de transação	-	(528)	(954)	-	(652)	(924)
Total sem efeito de swap	15.429	(528)	445.098	6.917	(652)	437.840
Resultado das operações de swap	-	(693)	(6.406)	-	(229)	(6.463)
Total de debêntures	15.429	(1.221)	438.692	6.917	(881)	431.377

Mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	71.539	481.095	552.634
Correção monetária	-	23.277	23.277
Amortizações	(129.220)	-	(129.220)
Transferências	67.007	(67.007)	-
Encargos provisionados	38.808	-	38.808
Encargos pagos	(42.101)	-	(42.101)
Transferência custo de transação	(925)	925	-
Apropriação custo de transação	1.344	-	1.344
Resultado das operações de swap	(416)	(6.913)	(7.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.036	431.377	437.413
Correção monetária	-	7.288	7.288
Encargos provisionados	8.512	-	8.512
Transferência custo de transação	30	(30)	-
Apropriação custo de transação	94	-	94
Resultado das operações de swap	(464)	57	(407)
Saldo em 31 de março de 2014	14.208	438.692	452.900

Notas Explicativas

Características das emissões:

Características	3ª Emissão 1ª Série	3ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.400 debêntures simples	29.600 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de outubro de 2011	15 de outubro de 2011
Vencimento inicial	15 de outubro de 2015	15 de outubro de 2016
Vencimento final	15 de outubro de 2016	15 de outubro de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+0,97%aa	6,85%aa
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas Anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Até 31 de março de 2014, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices.

Obrigações especiais financeiras	Índice
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	2015	2016	2017	2018	Total
1ª série - 3ª emissão	52.000	52.000	-	-	104.000
2ª série - 3ª emissão	-	114.007	114.007	114.038	342.052
(-) Custo de transação	(283)	(357)	(253)	(61)	(954)
Total a amortizar	51.717	165.650	113.754	113.977	445.098

Notas Explicativas

20. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, natureza das transações e efeitos nas informações trimestrais estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/03/2014				
			Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita/Despesa	Intangível
Endesa Fortaleza - CGTF	(a.1)	Compra de Energia	-	80.650	-	(131.373)	-
Endesa Cachoeira - CDSA	(a.2)	Compra de Energia	-	648	-	(1.555)	-
Companhia de Interconexão Energética - CIEN	(b.1)	Encargo de Uso	-	174	-	(407)	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE	(c.1)	Confissão de dívida	-	6.517	-	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE	(c.2)	Plano de pensão	-	859	84.605	(953)	100
EN-Comercio e Serviço SA (PRATIL)	(d.1)	Arrecadação	46	-	-	115	-
Enel Energy Europe	(e.1)	Serviço	-	1.909	-	(907)	-
			46	90.757	84.605	(135.080)	100
(-) Plano de pensão			-	7.376	84.605	-	-
Parte relacionadas			46	83.381	-	(135.080)	100

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/12/2013		31/03/2013		
			Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita/Despesa	Intangível
Endesa Fortaleza - CGTF	(a.1)	Compra de Energia	-	81.983	-	(118.376)	-
Endesa Cachoeira - CDSA	(a.2)	Compra de Energia	-	630	-	(1.302)	-
Companhia de Interconexão Energética - CIEN	(b.1)	Encargo de Uso	-	152	-	(336)	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE	(c.1)	Confissão de dívida	-	12.824	-	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE	(c.2)	Plano de pensão	-	-	84.506	(1.465)	606
EN-Comercio e Serviço SA (PRATIL)	(d.1)	Arrecadação	49	-	-	-	-
Enel Energy Europe	(e.1)	Serviço	-	1.610	-	-	-
			49	97.199	84.506	(121.479)	606
(-) Plano de pensão			-	12.824	84.506	-	-
Parte relacionadas			49	84.375	-	(121.479)	606

* Esses valores são classificados como contas a receber, fornecedores e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 6, 16 e 22).

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Compra de energia

a.1) Central Geradora Termelétrica S.A. - CGTF

Em 31 de agosto de 2001, a Companhia e a Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF ("CGTF") celebraram contrato de compra e venda de energia elétrica de quantidade anual de energia equivalente a 2.690 GWh por período de 20 anos, iniciado a partir de 27 de dezembro de 2003. O contrato com a CGTF possui garantias e foi devidamente homologado pela ANEEL.

Os saldos com a CDSA se referem exclusivamente às operações referentes à compra de energia por parte da Companhia.

Notas Explicativas

a.2) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA

A Companhia participou do 2º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes ("2º LEILÃO"), no dia 2 de abril de 2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão nº 001/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 147, de 23 de fevereiro de 2005.

O Leilão, citado acima, resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica, entre as partes, com potência associada, tendo início o suprimento em 1 de janeiro de 2008 e término no dia 31 de dezembro de 2015, com energia assegurada de 4,039 MW médios.

b) Encargo de uso

b.1) Companhia de Interconexão Energética - CIEN

As Portarias Interministeriais nº 210 e 211, de 4 de abril de 2011, equipararam como Transmissora a CIEN e homologaram a sua RAP (Receita Anual Permitida), a partir da celebração do contrato de prestação de serviço de transmissão (CPST) com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

Os saldos incorridos com a CIEN estão relacionados com as despesas com a Rede Básica no período.

c) Obrigações com plano de pensão

c.1) Confissão de dívida - FAELCE

A Companhia é patrocinadora do fundo de pensão administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE.

Em 30 de junho de 1999 a Companhia celebrou com a FAELCE um contrato tendo por objeto a consolidação da dívida no valor de R\$ 46.600, correspondendo os saldos devedores dos termos de compromisso firmados em 31 de dezembro de 1992, em 23 de maio de 1996 e em 31 de janeiro de 1997.

Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo com o valor da dívida atualizada em R\$ 62.200, conforme Resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, com prazo para pagamento total de 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de março de 2014 a Companhia amortizou 13 parcelas, permanecendo um saldo devedor de R\$ 6.517 (R\$ 12.824 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

Em garantia da operação, a Companhia cedeu à FAELCE os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizadas. A FAELCE poderá sacar da conta corrente bancária da Companhia, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas, após 45 dias da verificação da inadimplência da Companhia, se lhe convier.

c.2) Plano de pensão - FAELCE

A Companhia, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”.

O saldo em 31 de março de 2014 de R\$ 85.464 (R\$ 84.506 em 31 de dezembro de 2013), dos quais o valor de R\$ 859 estão registrados no passivo circulante e o valor de R\$ 84.605 no passivo não circulante, correspondem ao valor da contribuição da Companhia (patrocinadora) aos planos de pensão, vide Nota 22.

d) Arrecadação

d.1) EN - Comércio e Serviço S.A (PRÁTIL)

A Companhia mantém contrato com a Prátil para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, efetuando o repasse após a arrecadação. A “comissão” cobrada está estipulada no contrato de serviço de arrecadação.

e) Serviços

e.1) Enel Energy Europe

A Companhia mantém contrato com a Enel Energy Europe referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2014 foi de R\$ 2.407 (R\$ 2.168 em 31 de março de 2013). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Notas Explicativas

21. Programas de P&D e de eficiência energética

	31/03/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Programa de Eficiência Energética	7.726	32.155	7.725	28.512
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	10.765	20.111	10.765	18.603
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	399	-	494	-
Ministério de Minas e Energia- MME	(174)	-	(125)	-
Total	18.716	52.266	18.859	47.115

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

O saldo negativo de MME se refere a valores pagos a maior e que poderão ser compensados posteriormente.

22. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

Notas Explicativas

b) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdencial da referida entidade. Os benefícios do plano compreendem:

- ▶ Complementação de aposentadoria por invalidez;
- ▶ Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- ▶ Complementação de aposentadoria por idade;
- ▶ Complementação de aposentadoria especial;
- ▶ Complementação de auxílio reclusão;
- ▶ Complementação de pensão por morte;
- ▶ Complementação de abono anual.

O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o método da unidade de crédito projetada.

Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Companhia. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

- ▶ Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de março de 2014 a Companhia amortizou 13 parcelas, permanecendo um saldo devedor de R\$ 6.517 (R\$ 12.824 em 2013)
- ▶ Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.
- ▶ Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

Notas Explicativas

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agencia Nacional de saúde suplementar - ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- ▶ Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano, é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656.
- ▶ Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano.
- ▶ Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Custo do serviço corrente	(106)	723
Custos dos juros	<u>2.147</u>	<u>(1.832)</u>
Total de despesas (receitas)	<u><u>2.041</u></u>	<u><u>(1.109)</u></u>

Notas Explicativas

Análise da obrigação atuarial

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão apresentadas a seguir pelos seus valores nominais:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,80%	9,80%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	7,61%	7,61%	N/A	7,61%
Taxa de inflação esperada	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	Não aplicável

Foi adotada premissa de crescimento dos custos médicos decrescente, variando de 11,57% a.a. (5,75% a.a. em termos reais) no primeiro ano de projeção, atingindo o valor de 6,51% a.a. (0,95% a.a. em termos reais) para 2023 em diante.

Para projeção dos custos foi adotada premissa de crescimento dos custos em função da idade (*aging fator*) de 3,00% a.a. Foi adotada premissa de crescimento real das contribuições ao plano de saúde em 1,50% a.a para o trimestre findo em 31 de março de 2014. Todos os participantes farão opção por permanecer no plano de saúde na aposentadoria.

Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade real nula.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pela Companhia patrocinadora nos limites permitidos pelo CPC 33 (R1). Todos os ganhos ou perdas são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. Tais ganhos ou perdas compõem a movimentação dos saldos de passivos decorrentes das obrigações com benefícios pós-emprego. Ativos somente são reconhecidos quando sua realização em favor da Companhia é provável e quando for possível que a Companhia estime de forma razoável o provável valor de realização destes ativos.

A Administração da Companhia estima, com base em laudos elaborados por atuário contratado, que os compromissos totais de contribuição da patrocinadora para os planos vigentes, durante o exercício de 2014, sejam de R\$ 22.691.

Notas Explicativas

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências constituídas pela Companhia:

	31/12/2012		31/12/2013		Saldo acumulado
	Saldo acumulado	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	19.886	2.598	3.403	(1.281)	24.606
Cíveis (b)	59.633	761	14.462	(12.555)	62.301
Fiscais (c)	4.603	-	284	(265)	4.622
Total	84.122	3.359	18.149	(14.101)	91.529

	31/12/2013		31/03/2014		Saldo acumulado
	Saldo acumulado	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	24.606	1.057	544	303	26.510
Cíveis (b)	62.301	2.397	1.367	115	66.180
Fiscais (c)	4.622	459	65	(458)	4.688
Total	91.529	3.913	1.976	(40)	97.378

a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas tem naturezas diversas e são relacionadas à indenização por acidentes , responsabilidade solidária, adicional de periculosidade , verbas rescisórias, reintegração, abono salarial , diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica (R\$ 21.054), ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal concedido através das Portarias do DNAEE nº 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986 (R\$ 6.491), multas regulatórias (R\$ 5.796) e ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais (R\$ 4.256).

Notas Explicativas

O restante do valor constante na provisão (R\$ 28.583) subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

c) Riscos fiscais

O principal valor refere-se a um processo administrativo de compensação de COFINS pago a maior. A SRF entendeu que a compensação efetuada não procedia, pois houve retificação do valor envolvido. A Companhia alega basicamente o desconhecimento da retificação e a decadência do excesso resultante da retificação. No entanto, diante dos fatos, a Companhia entendeu por bem alterar a probabilidade de perda para provável e efetuar provisão.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas (a)	37.753	33.013
Cíveis (b)	677.923	385.664
Fiscais (c)	335.222	326.441
Juizados especiais	10.258	10.430
	<u>1.061.156</u>	<u>755.548</u>

(a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc.

(b) Riscos cíveis

Engloba processos classificados como possível, nos quais a Companhia é ré, vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

Notas Explicativas

(c) Riscos fiscais

c.1) ICMS - Termo de acordo 035/91

A Companhia celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade decendial. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98.

Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou quatro autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período vigente do acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$ 18.216. A Companhia apresentou recurso que foi julgado improcedente. Após diligência a COELCE deverá ser intimada para pagar o valor residual, se existir.

c.2) ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia recebeu em 2011 e em 2012 autos de infração relativos aos exercícios de 2006 e 2007, respectivamente, no valor total atualizado de R\$ 21.363. Em 19 de julho de 2011 a Companhia apresentou sua defesa referente ao exercício de 2006 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. A Companhia apresentou defesa em relação ao exercício de 2007 em 24 de janeiro de 2013 e aguarda julgamento.

c.3) ICMS - Cancelamento de faturas

Em novembro de 2006, a Companhia recebeu dois autos de infração no valor total atualizado de R\$ 25.030, pelo cancelamento de faturas emitidas anteriormente com erros sem a comprovação que as operações anteriores foram tributadas. Os autos foram julgados procedentes em 1ª instância administrativa. A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento.

Em 16 de fevereiro de 2007, a Companhia recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$ 29.903, sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2002. O auto de infração foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento.

Em 18 de fevereiro de 2013, a Companhia recebeu outro auto de infração no valor atualizado de R\$ 19.134, relativo ao exercício de 2008. Coelce apresentará defesa.

Notas Explicativas

c.4) ISS - Município de Fortaleza

O Município de Fortaleza ajuizou três execuções fiscais, que perfazem o montante de R\$ 27.184 para cobrar débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A Companhia aguarda decisão de segunda instância judicial em dois processos. Em 2012 foi proferida decisão em uma das execuções fiscais, julgando improcedente o recurso apresentado pela Fazenda e em razão disto a Fazenda apresentou Recurso Especial, que não foi aceito. Diante disto, a Fazenda apresentou agravo ao STJ e aguarda-se julgamento.

A Companhia recebeu 4 autos de infração em 26 de setembro 2012 no valor atualizado de R\$ 10.104 relativo ao exercício de 2008. A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

c.5) ICMS - Estorno de crédito - consumidor baixa renda

O Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 2 de outubro de 2009, no valor atualizado de R\$ 24.666, para a cobrança de ICMS no exercício de 2005 em virtude do estorno insuficiente de créditos de ICMS por vendas não tributáveis a consumidores classificados como "baixa renda". A Companhia apresentou defesa. Após diversas decisões, em 13 de setembro de 2012, o Estado do Ceará apresentou embargos de declaração em face de liminar concedida a Coelce para antecipação do oferecimento de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa. A Companhia apresentou resposta aos embargos e aguarda decisão.

Em 17 de junho de 2011, a Companhia recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2006, no valor de atualizado R\$ 20.206. Em 19 de julho de 2011, a Companhia apresentou sua defesa onde a decisão não foi favorável. Em 25 de maio de 2012, a Companhia apresentou recurso voluntário e foi negado provimento. A Companhia foi intimada da decisão e, em consequência, apresentou ação cautelar de caução para antecipação do oferecimento de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa, que aguarda decisão.

Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu auto de infração sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2007, no valor atualizado de R\$ 22.481. A Coelce apresentou defesa em 1ª instância em 24 de janeiro de 2013 e aguarda julgamento.

Em 18 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu outro auto de infração, relativo ao exercício de 2008, no valor atualizado de R\$ 12.322. A Coelce apresentou defesa em 1ª instância em 24 de janeiro de 2013 e aguarda julgamento.

Notas Explicativas

c.6) CSLL/IRPJ - Execução fiscal

Em 19 de Janeiro de 2009, a União Federal apresentou execução fiscal para cobrar débitos de CSLL e IRPJ. Em 15 de abril de 2009, a Companhia apresentou embargos à execução. Em 2 de junho de 2011 foi proferida sentença parcialmente procedente, declarando extinto o processo em relação a duas Certidões de Dívida Ativa ("CDA"), sem resolução de mérito, mas mantendo a cobrança de uma CDA. A União apresentou recurso de apelação. A Companhia apresentou recurso (embargos de declaração) que não foram acolhidos, razão pela qual apresentou recurso de apelação em 14 de novembro de 2012. Em 27 de fevereiro de 2013, foi proferida decisão em favor da Coelce determinando que a União expeça a certidão positiva de débito com efeito de negativa em favor da Companhia, bem como suspender o registro do débito no CADIN. Após, a União deverá se manifestar sobre a Apelação apresentada pela Coelce. A decisão de 2ª instância foi favorável à apelação da Fazenda Nacional, mas exclusivamente para anular a sentença e determinar o retorno da Execução à 1ª instância, onde deve aguardar, suspensa, o julgamento definitivo nos autos dos embargos à execução. O valor atualizado é de R\$ 18.755.

c.7) COFINS - Anulatória

Em 17 de setembro de 2012, a Companhia apresentou Ação Anulatória visando suspender a exigibilidade de crédito cobrado pela Fazenda a título de COFINS por entender que tais créditos encontram-se extintos por compensação, bem como estariam alcançados pela decadência. A Companhia aguarda decisão de primeira instância. O valor atualizado é de R\$ 1.039.

A Companhia, além dos processos descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de CSLL, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS.

Notas Explicativas

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	31/03/2014	31/12/2013
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)			
Endesa Brasil S.A.	44.061.433	91,66%	1.770.000	6,26%	-	0,00%	1.770.000	5,94%	45.831.433	58,87%
Enersis	2.981.903	6,20%	8.818.006	31,21%	424	0,03%	8.818.430	29,60%	11.800.333	15,16%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Fundos e clubes de investimento	4.510	0,01%	5.666.445	20,06%	-	0,00%	5.666.445	19,02%	5.670.955	7,28%
Fundo de pensão	919.403	1,91%	3.727.645	13,19%	-	0,00%	3.727.645	12,51%	4.647.048	5,97%
Outros	100.688	0,21%	4.302.848	15,23%	3.097	0,20%	4.305.945	14,46%	4.406.633	5,66%
Total de ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

No dia 14 de janeiro de 2014, a Companhia comunicou ao mercado que foi informada, naquela data, que a Enersis S.A., sua acionista controladora indireta, sociedade anônima chilena de capital aberto com sede na Cidade de Santiago, Chile, na Calle Santa Rosa, n.º 76, em reunião de seu Conselho de Administração realizada naquela data, aprovou a realização de uma Oferta Pública Voluntária para Aquisição de Ações (OPA), juntamente com o Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de instituição intermediária, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 361, de 5 de março de 2002 (Instrução CVM 361/02), conforme alterada, com o objetivo de adquirir até a totalidade das Ações Ordinárias, Ações Preferenciais Classe A, e Ações Preferenciais Classe B de emissão da Companhia em circulação no mercado.

O Leilão da OPA ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2014, tendo a Enersis S.A. adquirido 2.964.650 Ações Ordinárias; 8.818.006 Ações Preferenciais Classe A e 424 Ações Preferenciais Classe B. Em razão das aquisições acima, o grupo econômico da Enersis S.A. passou a deter, direta e indiretamente, (i) 47.043.336 Ações Ordinárias, representativas de 97,83% do total de Ações Ordinárias de emissão da Companhia e 60,40% do capital social da Companhia; (ii) 10.588.006 Ações Preferenciais Classe "A", representativas de, 37,47% do total de Ações Preferenciais Classe "A" de emissão da Companhia e 13,60% do capital social da Companhia; e (iii) 424 Ações Preferenciais Classe "B", representativas de 0,03% do total de Ações Preferenciais Classe "B" de emissão da Companhia e 0,00054% do capital social da Companhia.

Notas Explicativas

Tendo em vista que a Enersis S.A. adquiriu mais de 2/3 do total de Ações Ordinárias em circulação, está obrigada, diretamente ou por meio de outra sociedade por ela controlada direta ou indiretamente, a adquirir, nas condições estabelecidas no Edital da OPA, Ações Ordinárias em circulação de qualquer(s) interessado(s) em vendê-las, pelo prazo de 3 meses contado de 17 de fevereiro de 2014, conforme estabelecido na Cláusula 10.2 do Edital da OPA, e nos termos do §2º do artigo 10 da Instrução CVM 361/02.

Sendo assim, a Enersis S.A adquiriu até o dia 31 de março de 2014 mais 17.253 Ações Ordinárias, totalizando a quantidade de 2.981.903 do total de Ações Ordinárias de emissão da Companhia, em razão desta aquisição, o grupo econômico da Enersis, passou a deter, direta e indiretamente, 47.043.336 Ações Ordinárias, representativas de 97,86% do total de Ações Ordinárias de emissão da Companhia e 60,42% do capital social da Companhia.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

A partir de 2007, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei nº 6.404/76 uma vez que a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu a 30% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 29, alínea d, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na lei.

Notas Explicativas

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

A Companhia apurou em 31 de março de 2014 o valor de R\$ 42.655 (R\$ 60.520 em 31 de dezembro de 2013) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no lucro da exploração, aplicado a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo lucro real.

e) Reserva de ágio

Essa reserva no montante de R\$ 221.188 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através de incorporação, vide Nota 11.

f) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

g) Outros resultados abrangentes

O CPC 38 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes. Sendo assim, a Companhia em 31 de março de 2014 reconheceu o valor líquido de R\$ 269 (R\$ 896 em 31 de março de 2013) na rubrica de outros resultados abrangentes.

25. Lucro por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de março de 2014 e 2013.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro do período	64.646	62.642
Lucro atribuível as ações ordinárias	39.913	38.675
Nº de ações ordinárias (em unidades)	48.067.937	48.067.937
Lucro básico e diluído em reais por ação	0,8303	0,8046

Notas Explicativas

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do trimestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.067.937 ações ordinárias e 28.252.700 ações preferenciais classe A e 1.534.662 ações preferenciais classe B, totalizando 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e noventa e nove) ações.

O lucro por ação, básico e diluído, da Companhia é de R\$ 0,79 (setenta e nove centavos) em 31 de março de 2014 (R\$ 0,80 - oitenta centavos, em 31 de março de 2013). Não existe diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

Notas Explicativas

26. Receita Líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, está disposta abaixo:

Tipo de aplicação	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
	(Não revisado)		(Não revisado)			
Fornecimento faturado						
Residencial normal	1.314.395	1.228.128	623.247	571.633	274.728	266.627
Residencial baixa renda	1.220.437	1.221.686	375.123	358.153	88.556	84.558
Industrial	6.055	5.904	282.716	272.861	84.484	85.585
Comércio, serviços e outros	174.388	168.727	510.083	482.215	190.781	192.248
Rural	461.326	427.661	317.955	308.210	56.139	55.495
Poder público	32.799	31.597	147.498	140.846	50.416	51.693
Iluminação pública	9.312	9.092	113.133	72.248	18.571	27.776
Serviços públicos	2.094	1.987	70.990	109.594	27.430	19.707
Receita de ultrapassagem demanda e excedente de reativos	-	-	-	-	(5.027)	(4.616)
	3.220.806	3.094.782	2.440.745	2.315.760	786.078	779.073
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(14.042)	(29.723)
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	-	-	772.036	749.350
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	49.207	51.683
Subvenção CDE - desconto tarifário	-	-	-	-	35.036	18.164
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	-	1.891
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	68	55	-	-	18.184	24.847
Receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - Clientes Livres	-	-	-	-	(34)	(20)
Receita de construção	-	-	-	-	42.227	37.736
Outras receitas	-	-	-	-	14.567	11.013
Receita operacional bruta					931.223	894.664
(-) Deduções da receita						
ICMS	-	-	-	-	(186.796)	(185.659)
COFINS	-	-	-	-	(22.735)	(29.063)
PIS	-	-	-	-	(4.936)	(6.310)
RGR - Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	-	-
CCC - Conta de consumo de combustível	-	-	-	-	-	(5.012)
Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	-	-	(7.129)	(6.211)
Outros impostos e contribuições sobre a Receita	-	-	-	-	(2.293)	(2.503)
Total de deduções de receita					(223.889)	(234.758)
Total receita líquida	3.220.874	3.094.837	2.440.745	2.315.760	707.334	659.906

Notas Explicativas

27. Custos e despesas operacionais

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	31/03/2014				31/03/2013	
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Total
Pessoal	(25.444)	-	(9.403)	-	(34.847)	(32.669)
Material	(1.836)	(42)	(142)	-	(2.020)	(2.773)
Serviços de terceiros	(45.850)	(1.685)	(9.283)	-	(56.818)	(55.754)
Energia elétrica comprada para revenda	(457.636)	-	-	-	(457.636)	(371.427)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(21.653)	-	-	-	(21.653)	(12.071)
Depreciação e amortização	(34.621)	-	(971)	-	(35.592)	(28.656)
Reversão de perdas de estoques	-	-	-	2.115	2.115	73
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.866)	-	-	(1.866)	(4.156)
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	-	-	(1.210)	(1.210)	(1.140)
Custo de construção	(42.227)	-	-	-	(42.227)	(37.736)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	(3.913)	-	(3.913)	(5.003)
Outras despesas operacionais	(5.290)	-	(2.102)	(3.153)	(10.545)	(9.085)
Total	(634.557)	(3.593)	(25.814)	(2.248)	(666.212)	(560.397)

Despesa de pessoal	31/03/2014	31/03/2013
Remuneração	(19.331)	(18.393)
Encargos sociais	(8.224)	(9.703)
Provisão de férias e décimo	(3.020)	(2.062)
Plano de saúde	(2.178)	(2.199)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(3.354)	(3.226)
Participação nos resultados	(2.706)	(2.728)
Previdencia Privada	(1.053)	(2.089)
Outros	(144)	(88)
(-) Transferências para intangível em curso	5.163	7.819
Total	(34.847)	(32.669)

Notas Explicativas

A composição dos custos com energia elétrica está disposta abaixo:

Custo com energia elétrica comprada para revenda	31/03/2014	31/03/2013
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF	(131.373)	(118.319)
Centrais Elétricas S.A. - FURNAS	(28.172)	(26.645)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	(12.165)	(15.816)
Companhia Energética de São Paulo- CESP	(13.849)	(15.419)
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	(18.585)	(31.024)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE	(15.587)	(10.187)
Copel Geração S.A. - COPEL	(6.635)	(9.150)
CEMIG - Geração e Transmissão S.A.	(7.929)	(11.767)
Tractebel Energia S.A.	(7.106)	(4.029)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(18.410)	(10.981)
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA	(14.841)	(13.323)
Eletrobras Termonuclear S/A-Eletronuclear	(13.889)	-
Cotas de garantia física	(19.070)	-
Contratos por disponibilidade(*)	(100.521)	(138.075)
Recuperação despesa térmicas	13.287	-
Recuperação despesa compra energia	-	17.227
Risco hidrológico	23.260	(8.046)
Recuperação despesa risco hidrológico	(23.260)	8.046
Exposição involuntária	(163.637)	(43.176)
Recuperação despesa exposição involuntária	134.262	31.478
Outros	(33.416)	27.779
Total	<u>(457.636)</u>	<u>(371.427)</u>
Custo com uso da rede de transmissão		
Rede básica	(16.343)	(11.765)
Outros custos com energia		
Encargo de segurança energética - ESS Seg. Energética	-	(44.172)
Recuperação despesa encargo de segurança energética - ESS Seg. Energética	-	44.172
Encargo do serviço do sistema - ESS	(5.310)	(14.869)
Recuperação despesa encargo do serviço do sistema - ESS aporte CDE	-	14.563
Total	<u>(21.653)</u>	<u>(12.071)</u>

(*) Contratação de disponibilidade da usina para geração de energia elétrica quando necessário.

Notas Explicativas

28. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro está disposta abaixo:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	2.083	3.751
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	9.033	10.537
Receita de ativo indenizável	28.428	10.642
Encargos fundo de pensão	-	1.831
Correção monetária	-	994
Outras receitas financeiras	1.621	404
Total das receitas financeiras	<u>41.165</u>	<u>28.159</u>
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(6.956)	(10.578)
Encargos de dívidas	(17.422)	(16.998)
Encargos fundo de pensão	(2.147)	-
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.976)	(4.730)
Multas ARCE	(3.253)	(7.203)
Atualizações de impostos e multas	(1.045)	(1.599)
Custo de transação	(94)	(371)
Correção P&D/PEE	(161)	(113)
IOF/IOC	(3.167)	(290)
Multas	(1.442)	(1.427)
Indenização DIC/FIC	(1.687)	(1.369)
Reversão de atualizações financeiras de depósitos judiciais	(4.191)	-
Outras despesas financeiras	(4.790)	(3.286)
Total das despesas financeiras	<u>(48.331)</u>	<u>(47.964)</u>
Resultado financeiro	<u>(7.166)</u>	<u>(19.805)</u>

Notas Explicativas

29. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

Descrição	31/03/2014		31/03/2013	%
Lucro antes do IRPJ e CSSL	33.956	100,00%	79.704	100,00%
Alíquota nominal	(11.545)	(34,00%)	(27.099)	(34,00%)
Adições permanentes				
Participações nos lucros (Administradores)	(400)	3,46%	(391)	1,44%
Despesas indedutíveis - Multas	(255)	2,21%	(483)	1,78%
Doações não dedutíveis	(54)	0,47%	182	
	(709)		(692)	
Exclusões permanentes				
Ajuste ágio - societário	1.451	(12,57%)	1.585	(5,85%)
Reversão da provisão do ágio	(2.198)	19,04%	(2.402)	8,86%
	(747)		(817)	
Deduções permanentes				
Lucro da exploração	42.655	(369,47%)	10.508	(38,78%)
Incentivo fiscal - PAT	284	(2,46%)	261	(0,96%)
Adicional IRPJ	60	(0,52%)	7	(0,03%)
	42.999		10.776	
Outros ajustes				
Ajustes imaterial	692	(5,99%)	770	(2,84%)
	692		770	
IRPJ/CSSL contabilizado				
IRPJ/CSL diferidos no resultado	74.034	218,03%	(1.722)	(2,16%)
IRPJ/CSL diferidos - ágio no resultado (despesa)	(2.199)	(6,48%)	(2.401)	(3,01%)
IRPJ/CSL corrente no resultado (despesa)	(41.145)	(121,17%)	(12.939)	(16,23%)
Alíquota efetiva	30.690	90,38%	(17.062)	(21,41%)

De acordo com o Ato Declaratório Executivo nº 1 de 5 de janeiro de 2009, a Companhia faz jus à redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0170/2007, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - MI (ADENE) apresentado nas páginas 5 a 7, estabelecendo as condições e exigências para o gozo do benefício.

O Laudo Constitutivo 0170/2007, foi expedido com base no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, reconhecendo para o benefício a condição onerosa atendida: Modernização total de empreendimento de infraestrutura na área de atuação da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, conforme art. 2º, inciso I do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002.

Notas Explicativas

O incentivo consiste na redução do imposto de renda devido em 75% do imposto de renda apurado no exercício, com início de fruição do benefício no ano-calendário 2007 e término do prazo no ano-calendário de 2016.

O valor do imposto de renda que deixou de ser pago em virtude dos benefícios de redução foi contabilizado de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Deliberação CVM nº 555 que aprovou o CPC 07 em que determina a contabilização no resultado do exercício e posteriormente a transferência para reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. Em 31 de março de 2014, a companhia mantinha apenas 1,11% da sua dívida indexada em moeda estrangeira expostos à variação cambial.

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de *swap* cambial:

	Passivo	
	31/03/2014	31/12/2012
Dólares norte-americano	6.568	6.727

Notas Explicativas

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia considerando a variação da taxa de câmbio de 2014 segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&FBOVESPA:

31/03/2014	Aumento / Redução em percentual	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Dólares norte-americano	2,51%	(165)	(165)

b) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

c) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“*covenants*” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos “*covenants*”-financeiros.

Notas Explicativas

e) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 18 e 19, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 4 e 5, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 24)).

O índice de endividamento no final do trimestre findo em 31 de março de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é o seguinte:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida	1.053.439	922.018
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(118.536)	(107.310)
Dívida líquida (a)	934.903	814.708
Patrimônio líquido (b)	1.631.238	1.566.323
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	36%	34%

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 4, 5, 18 e 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

A Companhia realizou ao longo do primeiro trimestre de 2014 operações de contratos futuros de juros. Essas operações foram utilizadas exclusivamente na gestão dos recursos da renda fixa, com objetivo realizar operações de proteção dos títulos detidos à vista, efetuar operações de posicionamento em taxas de juros e trocar de indexadores dos títulos detidos à vista. As estratégias nos mercados futuros são consideradas no conjunto de todos os ativos que fazem parte da carteira, ou seja, seus resultados individuais visam contribuir para a obtenção do resultado global da parcela de renda fixa, estabelecido na política de investimentos.

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Notas Explicativas

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, a companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Baseada nessa análise, em 2012, a Companhia realizou contratação de derivativos para fazer “swap” contra este risco, alterando o risco de taxa de juros (CDI) para taxa pré-fixada.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação no primeiro trimestre de 2014 fosse igual à esperada para final de 2014, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

31/03/2014	Aumento em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	0,27%	(12)	(12)
IPCA	5,27%	(115)	(115)
IGPM	5,98%	(1)	(1)
Total		(128)	(128)

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de março de 2014						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	9.147	17.900	52.561	171.407	51.732	302.747
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	4.522	8.622	72.673	335.137	37.061	458.015
Debêntures	5.576	-	29.944	543.476	-	578.996
	19.245	26.522	155.178	1.050.020	88.793	1.339.758
31 de dezembro de 2013						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	6.678	15.537	67.467	174.368	61.180	320.837
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	5.977	14.560	60.467	133.434	44.392	263.223
Debêntures	-	-	35.272	534.957	-	570.229
	12.655	30.097	163.206	842.759	105.572	1.154.289

Notas Explicativas

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de março de 2014						
"Swaps" de juros 08/11/12	(777)	-	(1.269)	(5.280)	-	(7.326)
	(777)	-	(1.269)	(5.280)	-	(7.326)
31 de dezembro de 2013						
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	(1.335)	(2.082)	-	(3.417)
	-	-	(1.335)	(2.082)	-	(3.417)

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia tem a seu dispor a opção de utilizar, no curto prazo, limites de conta garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição disponível para a empresa em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Conta garantida	31/03/2014	31/12/2013
Contratada	100.000	100.000
Utilizada	-	-

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Ativo	Categoria	Nível	31/03/2014		31/12/2013	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	58.896	58.896	95.287	95.287
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	2	59.640	59.640	12.023	12.023
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	42.627	42.627	60.730	60.730
Consumidores, concessionários e permissionários	Empréstimos e recebíveis	2	430.224	430.224	393.734	393.734
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	696.641	696.641	630.799	630.799
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	593.971	453.796	477.878	475.815
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	459.999	460.039	444.105	444.105
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	6.568	5.509	6.727	5.662
Instrumentos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	2	(7.099)	(7.099)	(6.694)	(6.694)
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	387.119	387.119	350.414	350.414

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Notas Explicativas

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de março de 2014 estão dispostos abaixo:

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&FBOVESPA na posição de 31 de março de 2014.

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	(694)	(7.099)	(6.405)

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de março de 2014 havia 1(um) contrato de *swap* de CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Em 31 de março de 2014, a Companhia detinha operações de *swap* conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Contraparte	Data do contrato	Data de vencimento	Posição	Valores de referência		
					Moeda local		
					31/03/2014	31/12/2013	
Contrato de swaps:							
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	17/10/2016	CDI + 0,97%aa 9,43%	-BRL 7.099	-BRL 6.692	
Descrição	Contraparte	Valor justo		Efeito acumulado até 31/03/2014		Efeito acumulado até 31/12/2013	
		31/03/2014	31/12/2013	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
Contrato de swaps							
(+) Ativo		106.802	103.870	-	-	-	-
(-) Passivo	HSBC BANK BRASIL S.A.	99.703	97.178	-	-	-	-
(=) Ajuste		7.099	6.692	7.099	-	6.692	-

Notas Explicativas

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos “*Investment Grade*” com “*expertise*” necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475, de dezembro de 2008

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F.

Indexador do contrato	31/03/2014	Cenário + 25%	Cenário + 50%
IPCA	42.934	47.663	52.334
CDI	15.807	19.533	23.177
TJLP	14.541	16.627	18.692
FIXO	14.398	14.398	14.398
Dólares norte-americano	620	2.078	3.291
TOTAL	88.300	100.299	111.892

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475, de dezembro de 2008--Continuação

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	31/03/2014	Cenário + 25%	Cenário + 50%
Debênture 1ª série - 3ª emissão	12.515	15.216	17.859
Swap ponta ativa	(12.515)	(15.216)	(17.859)
Swap ponta passiva	9.019	9.019	9.019
Total	9.019	9.019	9.019

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são dispostos abaixo:

	Vigência	2014	2015	2016	2017	após 2017
Endesa Fortaleza-CGTF	até 2023	418.478	576.597	598.565	622.029	4.288.142
Proinfa	até 2025	44.522	62.183	65.137	67.742	4.392.326
Energy Works	até 2013	-	-	-	-	-
Eólica - Wobben	até 2018	6.570	6.899	7.244	7.533	7.835
1º LEE - Produto 2005	até 2012	-	-	-	-	-
1º LEE - Produto 2006	até 2013	-	-	-	-	-
1º LEE - Produto 2007	até 2014	36.500	-	-	-	-
2º LEE - Produto 2008	até 2015	34.804	54.159	-	-	-
4º LEE - Produto 2009	até 2016	3.918	6.097	6.413	-	-
1º LEN - Produto 2008	até 2037	23.799	36.777	38.390	42.483	245.953
1º LEN - Produto 2009	até 2038	37.141	57.379	59.878	66.379	389.895
1º LEN - Produto 2010	até 2039	68.460	106.069	111.036	120.821	2.000.288
2º LEN - Produto 2009	até 2038	36.939	57.278	60.013	64.960	1.161.719
3º LEN - Produto 2011	até 2040	53.888	83.486	87.388	95.135	1.682.302
5º LEE - Produto 2007	até 2014	869	-	-	-	-
4º LEN - Produto 2010	até 2024	11.304	17.458	18.214	20.224	119.109
5º LEN - Produto 2012	até 2041	80.649	124.796	130.460	143.125	2.092.237
Leilão Santo Antônio - Produto 2012	até 2041	17.186	40.106	43.706	46.226	1.677.158
Leilão Jirau - Produto 2013	até 2042	5.641	12.288	15.356	16.241	627.141
6º LEN - Produto 2011	até 2025	23.220	35.863	37.414	41.544	280.400
7º LEN - Produto 2013	até 2042	54.311	83.895	87.538	97.108	888.762
Leilão Belo Monte	até 2044	-	3.009	52.683	149.060	6.765.815
10º Leilão de Energia Nova	até 2045	-	18.202	19.144	20.248	882.204
11º Len - Produto 2015	até 2044	-	35.732	37.581	39.749	1.731.840
12º LEN Produto 2014	até 2043	81.882	143.738	150.082	165.818	2.921.717
Angra 1 e 2		42.855	59.855	62.698	65.206	4.214.791
Cota		57.600	79.872	83.466	86.805	1.807.671
12º LEE	Até 2016	113.289	72.416	69.035	-	-
16º LEN	Até 2047	-	-	-	-	1.582.895
17º LEN	Até 2035	-	-	9.503	10.554	184.531
18º LEN	Até 2042	-	-	-	-	1.584.385
Total		1.253.825	1.774.154	1.850.944	1.988.990	41.529.116

EE - Leilão de Energia Existente.

LEN - Leilão de Energia Nova.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no primeiro trimestre de 2014 que foram homologados pela ANEEL.

32. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante dessa participação no período de três meses findo em 31 de março de 2014 foi de R\$ 2.706 (R\$ 2.729 em 31 de março de 2013).

Notas Explicativas

33. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Endesa.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2013	31/10/2014	751.570	112.925
Responsabilidade civil	01/11/2013	31/10/2014	n/a	498.870

34. Outras informações

Medida Provisória nº 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (“IN 1.397”) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (“MP 627”) que: revoga o Regime Tributário de Transição (“RTT”) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas informações trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP 627. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal de 2014.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética do Ceará - COELCE
Fortaleza - CE

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2014

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald

Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4